



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

.....
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 548 - DE 13 A 27 DE AGOSTO DE 2017 - R\$ 4,00
.....

**Governo golpista, corrupto,
vence na Câmara de Deputados**

**Temer retoma a ofensiva
contra os explorados**

**Agora é hora de derrubar
a Reforma da Previdência!**

Retomar a Greve Geral!

**Convocar as assembleias
Organizar os Comitês de Base
Abaixo o governo temer!**

Por um governo operário e camponês

————— **Venezuela** —————

**Derrotar a ofensiva do imperialismo sobre a Venezuela,
lutando sob o programa da revolução proletária.**

Temer na ofensiva

Somente a classe operária pode derrotar o governo golpista

A vitória no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na Câmara dos Deputados firmou o governo cambaleante. Esse feito contou a seu favor com o desmonte do movimento nacional das massas após a greve geral de 28 de abril. O destino do governo burguês, golpista e corrupto ficou inteiramente nas mãos das forças oligárquicas que comandam o Estado. As direções sindicais contribuíram decisivamente para estancar a sangria do governo. O PT e a Frente Brasil Popular deram seu quinhão desviando a luta das massas contra as reformas antinacional e antipopular para as bandeiras do Fora Temer, eleições diretas, volta da democracia, por um governo legítimo e pela salvação da candidatura de Lula. Esse foi o novo conteúdo da velha forma de conciliação de classes, que se estabeleceu depois do impeachment de Dilma Rousseff.

Temer se sentiu mais seguro na cadeira da presidência da República. Elevou-se a uma posição que lhe dá capacidade política para diminuir o perigo da continuidade das denúncias prometidas pelo procurador-geral, Rodrigo Janot. Tem conseguido utilizar o Supremo Tribunal Federal para reduzir a pressão arterial da crise. A ousadia, petulância e desfaçatez com que o ministro Gilmar Mendes tem defendido o governo golpista e corrupto contra as denúncias de Janot indicam a importância da decisão da Câmara Federal do dia 2 de agosto. Tudo está sendo feito para evitar novos tropeços do governo.

A garantia da governabilidade da ditadura civil de Temer se deve ao mesmo motivo que levou ao golpe de Estado: impor as reformas que os governos eleitos não conseguiram plenamente realizar. A aprovação da reforma trabalhista esteve na base da vitória de Temer contra as consequências políticas das denúncias de corrupção. O fato do Senado aprová-la, depois da burocracia sindical ter quebrado o movimento de resistência, representou meio caminho andado nas reformas. Basta esse feito para que o governo golpista tenha tido êxito. Agora, poderá completá-lo aprovando a reforma da previdência.

Mais uma vez, nos deparamos com o argumento de que “difícilmente a reforma da previdência” passará na Câmara dos Deputados. O mesmo foi dito em relação à reforma trabalhista. Isso equivale a dizer para os explorados que podem dormir descansados. Aqueles que se valem desse argumento servem à burocracia sindical que afrouxou

o combate quando este deveria ser recrudescido. Foi assim que a reforma trabalhista foi ditatorialmente decidida contra a vontade da maioria trabalhadora. O que temos de dizer é que os explorados não devem deixar seu destino nas mãos de seus escravizadores. Mesmo que estes estejam divididos no Parlamento quanto ao teor da reforma da previdência. Essa é a política proletária.

Somente a classe operária organizada e mobilizada poderá derrubar a reforma da previdência em curso. É preciso lutar com todas nossas forças para derrotar o governo golpista em mais esse atentado contra a vida da maioria oprimida. Se pusermos em pé um poderoso movimento

nacional capaz de impedir a votação da reforma da previdência, nos fortaleceremos para combater a implantação da reforma trabalhista. Se reunirmos forças contra a reforma da previdência e trabalhista, estaremos fortes para enfrentar as reformas de conjunto da ditadura civil de Temer, que são antinacional e antipopular.

A greve geral de 28 de abril mostrou nossa fortaleza coletiva, proletária e revolucionária. Tinha tudo para ser mais potente se as centrais sindicais não tivessem trabalhado pela passividade da classe operária no dia em que esta foi chamada a parar o País e que prontamente acatou. Estiveram colocadas grandes manifestações de rua. Esteve colocado proliferar os comitês de base. E esteve colocado continuar a mobilização no dia seguinte, que era o 1º de Maio. As burocracias, no entanto, mostraram seu papel divisionista e seu lugar, em última instância, de correia de transmissão da política burguesa.

Nada de confiar no jogo parlamentar! Nada de esperar que os deputados não deem quórum para a mudança constitucional da previdência! Convocar imediatamente as assembleias nos sindicatos, nos bairros, nas escolas e em toda parte onde estejam presente as necessidades e os interesses dos explorados. Organizar nossas forças para retomar a greve geral de 28 de abril, que deve ser mais potente, mais coletivizada, mais unida e mais combativa.

Abaixo a reforma da previdência! Não à implantação da reforma trabalhista! Fim da terceirização! Emprego e salário a todos! Não paguemos pela crise capitalista! Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer! Por um governo operário e camponês!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Qual a estratégia da classe operária diante da crise política?

Desde que se abriu o processo de impeachment, que culminou com a derrubada do governo constitucional de Dilma Rousseff, o Partido Operário Revolucionário (POR) reconheceu a necessidade de enfrentar o golpe de Estado com a estratégia própria do proletariado. Até onde chega nosso conhecimento, somente nosso partido formulou as respostas a cada momento do choque interburguês em torno do poder do Estado dessa forma. A noção de estratégia própria de poder corresponde à política do proletariado diante das manifestações de classe nas entranhas da crise burguesa.

O fundamento do partido marxista-leninista tem por orientação a constante luta contra a burguesia e seu poder. O reconhecimento de que as condições objetivas do desenvolvimento e desintegração do capitalismo estabelecem as premissas da revolução proletária. Não há outra via possível de transformação do capitalismo em socialismo.

Há muito que as possibilidades de grandes reformas progressivas no capitalismo se esgotaram. O que não quer dizer que não existam reformas a serem cumpridas, principalmente em se tratando dos países semicoloniais. Baseados nessa realidade é que nascem e desaparecem partidos reformistas. Em determinadas condições, se potenciam ao ponto de exercer o poder do Estado; no entanto, logo se mostram impotentes diante da burguesia, que já não pode dar curso a reformas que desenvolvam as forças produtivas e favoreçam a vida das massas. O reformismo, portanto, necessariamente se levanta como um grande obstáculo à estratégia própria de poder dos explorados e à revolução proletária.

Duas estratégias se opõem: a ditadura de classe da burguesia e a ditadura de classe do proletariado. Eis por que se trata de fundamentos históricos e de princípios. Como tal, se expõem abertamente em situações revolucionárias. A burguesia necessita ocultá-la a todo o momento e o proletariado a explicitá-la. Não há nenhuma variante de política burguesa ou pequeno-burguesa que não se assente direta ou indiretamente nesse fundamento de Estado e de dominação de classe. A política que expressa a opressão de classe pode distinguir-se por explicitar mais abertamente a ditadura de classe da burguesia ou então ocultá-la mais ou menos abertamente. O reformismo é a variante que mais precisa esconder dos explorados sua função de submetê-los à ditadura de classe da burguesia. Via de regra, a variante direitista e fascizante é a que mais evidencia esse fundamento da dominação de classe.

A ditadura de classe da burguesia se materializa por meio da estrutura do Estado, ou seja, pelas instituições política, jurídica e militar. O regime democrático exerce a dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada tanto quanto o

regime de ditadura militar, ou fascista. O que não quer dizer que sejam indiferentes para a luta do proletariado. Referimo-nos tão somente ao fundamento e princípio da dominação de classe.

O reformismo se apegua à democracia burguesa porque sua função histórica é a de subordinar as massas por meio da conciliação de classes. A maneira mais eficaz de desviar a luta de classes, dissolver as revoltas e estrangular os movimentos revolucionários é o da conciliação de classes. Em resumo, amarrar os pés e as mãos dos explorados, atando-os à democracia burguesa. Os reformistas evitam a todo o custo transparecer o exercício da ditadura de classe da burguesia por meio da democracia, mas tudo fazem para evidenciar sua oposição à estratégia própria de poder da classe operária, que é a sua ditadura de classe majoritária. Somente chegam ao poder do Estado pela via eleitoral e assim dependem da permissão da burguesia e do apoio de alguma de suas frações.

A classe operária desorganizada e submetida às ilusões de democrático-reformistas, certamente, não tem como encarnar sua estratégia própria de poder. Está condicionada à estratégia de poder da classe que a explora e oprime. Numa situação de crise econômica e política, em que a classe capitalista se vê obrigada a atacar as condições de existência da maioria oprimida e consequentemente a restringir a democracia, é quando vem à luz do dia a necessidade da luta das massas guiadas pela estratégia revolucionária. É quando também o reformismo é

A classe operária sem sua estratégia própria fica sujeita à combinação dos métodos de dominação democráticos e antidemocráticos, da persuasão conciliadora e da dissuasão autoritária. Essa combinação se manifesta em uma determinada correlação de forças entre as classes. A tendência é de rompimento e de imposição da supremacia ditatorial sobre a democrático-burguesa. A alteração dessa relação depende do desenvolvimento da luta de classes.

chamado a exercer sua influência sobre a classe operária de forma a bloquear suas tendências de luta independente. E as frações mais poderosas da classe capitalista recorrem aos recursos antidemocráticos e assinalam o caminho ditatorial a ser tomado caso o reformismo seja incapaz de servir às suas necessidades do momento. A classe operária sem sua estratégia própria fica sujeita à combinação dos métodos de dominação democráticos e antidemocráticos, da persuasão conciliadora e da dissuasão autoritária. Essa combinação se manifesta em uma determinada correlação de forças entre as classes. A tendência é de rompimento e de imposição da supremacia ditatorial sobre a democrático-burguesa. A alteração dessa relação depende do

desenvolvimento da luta de classes.

O que explica a ausência de poder próprio é a ausência do partido marxista no seio do proletariado. Sem o seu partido, a classe operária obrigatoriamente se sujeita às variantes da política burguesa. O reformismo pequeno-burguês e o burocratismo sindical se instalam e se consolidam de acordo com essa ausência e com a necessidade de dominação da burguesia. Notamos que o reformismo pequeno-burguês não passa de uma máscara do reformismo burguês. A contradição fundamental

se reflete na forma de crise de direção revolucionária. Quanto mais o proletariado necessita reagir aos ataques dos exploradores, mais clara fica essa contradição. A revolta espontânea pode acossar a burguesia e seu poder, mas não pode ultrapassar os limites traçados pela ditadura de classe dos exploradores. É preciso que esteja sob a direção da vanguarda consciente que encarna o programa da revolução proletária e a estratégia de poder. Nestas condições, a tarefa de construção do partido resulta em dotar a classe operária de seu programa e estratégia próprios.

A estratégia de poder do proletariado – a sua ditadura de classe – se materializa na forma do governo operário e camponês. Por sua forma, corresponde à aliança entre duas classes distintas, mas oprimidas pelo grande capital. Por seu conteúdo, corresponde à ditadura de classe do proletariado. A presença do campesinato – uma herança de nossa formação pré-capitalista, cuja base econômica de sua existência persiste, ainda que subordinada às relações capitalistas de produção – e sua luta contra a opressão latifundiária o destaca como classe pequeno-burguesa aliada do proletariado urbano e rural. O governo operário e camponês, por expressar aliança de classe oprimida, não desconhece nem despreza a pequena burguesia urbana, também oprimida. A luta para que a classe operária se conscientize da necessidade da estratégia própria de poder e passe a assumi-la em seus combates exige que os revolucionários apresentem constantemente a bandeira do governo operário e camponês.

Nos momentos de crise profunda e impulso da luta de classes, a defesa do governo operário e camponês se impõe de tal maneira que ocultá-la ou minimizá-la equivale à traição aos explorados e à negação da tarefa de construção do partido revolucionário. A justificativa de que as condições para a tomada do poder não estão dadas e que por isso não se deve defender a estratégia própria de poder do proletariado é usada pelo centrismo e o oportunismo para disfarçar o seu seguidismo à estratégia democrático-reformista. É o que a experiência da crise, que levou ao golpe institucional, destituição do governo do PT e constituição de um governo que como tal corresponde a uma ditadura civil, nos revela.

A bandeira de “eleições gerais” seria, portanto, a estratégia a ser defendida pelos explorados. Essa não teve importância até que o PT a assumiu na forma limitada de “eleições diretas já”. A bandeira de “Fora Temer” é institucional. Abriga a estratégia de eleições, seja gerais ou apenas presidenciais. É notório que reformistas e centristas de esquerda, inclusive conhecidos representantes da política burguesa, tenham se colocado na mesma trincheira de convocação de eleições para pôr fim ao governo golpista. Os esquerdistas que se dizem socialistas e marxistas argumentam que se trata simplesmente de uma bandeira democrática e de fácil “diálogo com os trabalhadores”. Os reformistas do PT e os estalinistas do PCdoB justificam que se trata da via de restabelecer a democracia e a constituição de um governo “legítimo”. Não falta o quixotismo esquerdista

que nega a estratégia das eleições, mas chama a pressionar o STF agarrado no mastro da “anulação do impeachment e da volta de Dilma”.

O que não é explicado para as massas é que o restabelecimento das eleições resultará na constituição de um novo governo burguês, que pode ser dos próprios golpistas. Estamos diante da arte de ocultar o conteúdo de classe da democracia burguesa e de um de seus instrumentos fundamentais, que são as eleições. Só não vê quem não quer ver que a bandeira de “Fora Temer e eleições” esteve e está condicionada à crise de governabilidade alimentada pelas denúncias da Operação Lava Jato. Seu fôlego se mostrou premido na votação da Câmara Federal que livrou Temer da denúncia de Janot. É preciso novos fatos contundentes que recoloquem a crise nos patamares de maio para que os ventos animem a bandeira de “Fora Temer e eleições”. De qualquer maneira, trata-se de uma variante da estratégia burguesa nas condições de conflitos e disputas interburguesas. Segundo o raciocínio dos reformistas e centristas,

(...) os esquerdistas que se enfileiram por detrás do “Fora Temer” não se animam em mostrar que com as eleições não se obtém senão um governo burguês, cuja orientação pode estar mais à direita ou mais à esquerda. O que importa, no final das contas, é que, para revelar o conteúdo de classe da estratégia eleitoral, obrigatoriamente a vanguarda deve expor, explicar e lutar sob a estratégia própria de poder do proletariado.

as massas estariam predispostas a se enfileirar por detrás da bandeira de eleições e, por isso, era esquerdismo do POR desfraldar a bandeira de “derrubada das reformas antinacional e antipopular, abaixo Temer e governo operário e camponês”.

É correto que não se desenvolveu uma situação revolucionária para que a estratégia de poder própria fosse encarnada pelo proletariado, como direção da maioria nacional oprimida. É necessário, porém, continuar com a caracterização, mostrando que a ausência de uma política própria do proletariado permitiu ao PT, PCdoB e sua Frente Brasil Popular canalizarem a atenção dos explorados para a estratégia burguesa de “Fora Temer e diretas já”. Se os

esquerdistas mostrassem esse outro lado da medalha, ficariam em maus lençóis com sua bandeira de “Fora Temer e eleições gerais”. O “Fora Todos” não se distingue em essência do “Fora Temer”. É importante na luta política não apenas verificar o que é dito, mas também o que não foi dito ou o que deveria ser dito. É justamente na face oculta da política que se esconde o conteúdo de classe das formulações e das bandeiras. Eis por que os esquerdistas que se enfileiram por detrás do “Fora Temer” não se animam em mostrar que com as eleições não se obtém senão um governo burguês, cuja orientação pode estar mais à direita ou mais à esquerda. O que importa, no final das contas, é que, para revelar o conteúdo de classe da estratégia eleitoral, obrigatoriamente a vanguarda deve expor, explicar e lutar sob a estratégia própria de poder do proletariado.

O golpe institucional contra Dilma Rousseff foi possível não apenas porque a burguesia se uniu para potenciar a frente partidária oposicionista, mas também porque os explorados que formam a maioria do País estavam descontentes com a demagogia do reformismo. A experiência havia demonstrado que a política de “inclusão social e distribuição de renda” pouco alterou as condições de brutal exploração capitalista do trabalho e suas consequências sociais. É com essa mesma política que os derrotados pelo impeachment passaram à oposição

levantando a bandeira de eleições e constituição de um governo “legítimo”. Ocorre que os explorados se viram diante de um governo decidido a impor a Lei da terceirização, a reforma do ensino médio, bem como as reformas trabalhista e previdenciária. Para as massas, esse foi o conteúdo e o sentido do golpe de Estado. Não se animaram a seguir o governo petista e a Frente Brasil Popular contra o impeachment, apesar de não estarem a favor da derrubada do governo. Se a classe operária, camponeses e as camadas mais pobres da classe média urbana tivessem se levantado em defesa do governo Dilma, o impeachment dificilmente triunfaria e, caso triunfasse, teria de ser pela via da violência desfechada desde o poder do Estado. Não tem como desvincular o sentimento dos explorados durante o processo do impeachment do sentimento posterior. Em outras palavras, as massas não se dispuseram a seguir a estratégia oposicionista do PT e de sua burocracia sindical.

O que despertou as tendências de luta foram as reformas. A greve de 28 de abril colocou a classe operária e grande parte dos explorados contra o governo e o Congresso Nacional golpistas. A burocracia dirigente após a greve passou a bloquear essa tendência. A Força Sindical e UGT correram a negociar com o governo. A CUT e a Frente Brasil Popular se dedicaram à campanha do “Fora Temer, diretas já e Lula para presidente”. Esse desvio resultou em desconfiança dos explorados e o retorno à passividade. A desmobilização permitiu a Temer reagir à crise política que explodiu em maio. O PT, a Frente Brasil Popular e a CUT não tiveram autoridade para pôr em pé um grande movimento nacional. Essa incapacidade indicou a grande distância da bandeira de “Fora Temer e eleições” com as necessidades materiais da maioria oprimida. Esses acontecimentos confirmam que a estratégia oposicionista burguesa de eleições estava na contramão da luta direta pela derrubada das reformas. Temer e o Congresso golpista puderam impor a reforma trabalhista sem que houvesse qualquer resistência significativa. Está aí nitidamente demonstrado o vínculo entre a luta pelas reivindicações e a estratégia de poder. Em outras

palavras, acima das reivindicações que uniam nacionalmente os oprimidos esteve a democracia e a institucionalidade burguesas. Certamente, se o proletariado estivesse sob uma direção que encarnasse a estratégia própria de poder – o governo operário e camponês – extrairia toda a potencialidade da luta de classes para derrotar a ofensiva da burguesia e desenvolver a sua independência de classe.

A análise dos acontecimentos demonstra que não há nada de sectário em defender a estratégia própria de poder do proletariado diante da crise. Seria sectário desvinculá-la das necessidades e do sentimento dos explorados. Seria sectário se não se partisse das reivindicações que mobilizavam e uniam a maioria oprimida contra o governo golpista, ou seja, se não partisse do combate às reformas antinacional e antipopular. Um dos legados do marxismo e da experiência revolucionária do proletariado mundial é a de que partindo das reivindicações fundamentais se desenvolve a luta pelo poder. Esse é o lugar do partido marxista-leninista-trotskista na luta de classes contra a opressão capitalista e pela destruição da sociedade de classes. O legado contrário é o do reformismo e do centrismo, que desvinculam a luta elementar dos explorados da estratégia revolucionária, substituindo-a pela estratégia burguesa. Talvez, nesses 32 anos de reconstitucionalização do País, a possibilidade de que a classe operária melhor compreendesse a necessidade da estratégia própria de poder se deu agora. Passou pela resistência à ditadura militar, vivenciou a democratização conduzida pela burguesia e experimentou a política do reformismo petista. Esteve diante de um golpe de Estado, que expôs a impotência pequeno-burguesa do PT e aliados. O problema fundamental é que pagou essa experiência com o atraso na construção de seu partido. As esquerdas que se negaram a levantar a estratégia do governo operário e camponês se adaptaram a esse atraso. A próxima etapa de luta pela independência de classe dos explorados exigirá maior empenho da vanguarda em trabalhar pelo programa da revolução e ditadura proletária.

Manifesto

Congresso golpista mantém o presidente da República corrupto

Temer, imediatamente após a votação na Câmara dos deputados, fez um pronunciamento de vencedor: “não descansarei até 31 de dezembro de 2018 (...) para concluir o trabalho que iniciamos em 12 de maio de 2016 (...) durante esse breve período espero terminar a maior transformação já feita no país em vários setores do Estado e da sociedade”. Referiu-se como grande feito de seu governo a “modernização da Lei Trabalhista, esperada há mais de 30 anos”. Agora, tem pela frente impor a Reforma da Previdência.

Nas condições de profundo abalo político provocado pelas revelações de Joesley Batista e pela denúncia do Ministério Público de “corrupção passiva”, a obtenção de 263 votos pelo arquivamento da denúncia e 227 votos pelo não arquivamento pode ser considerada uma vitória da camarilha governista. Depois de rasgar e jogar na lata do lixo o parecer favorável do relator Sérgio Zveiter (PMDB) e colocar em seu lugar um relatório confecciona-

do para rechaçar a denúncia do Procurador-Geral Rodrigo Janot, era previsível que a Câmara Federal fizesse o mesmo.

A quadrilha peemedebista que ocupou o Planalto por meio do golpe de Estado, no entanto, esperava uma vitória mais estridente. Os 227 deputados que disseram NÃO ao relatório de Paulo Abi-Ackel (PSDB) não apenas confirmaram a denúncia como refletiram o processo de desintegração da base de sustentação da ditadura civil de Temer. Assim que terminou a votação, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, evidenciou dúvidas sobre a vitória de Temer. O problema é como será assegurada a governabilidade diante das pressões desintegradoras da frente partidária que derrubou o governo de Dilma Rousseff.

A camarilha resistiu à tormenta desencadeada em 17 de maio pela JBS. Derrotou a ofensiva da Operação Lava Jato, mas saiu politicamente golpeada. Tudo indica que uma nova tormenta se erguerá. O custo da vitória de Pirro é alto. As escandalosas

concessões à bancada ruralista e evangélica resultarão em retomada da divisão interburguesa em torno da política econômica. Os presentes distribuídos a deputados não agradaram setores burgueses que apoiaram o golpe. Ficou claro que Temer recorreu ao velho expediente de comprar parlamentares. A promessa de cargos e postos ministeriais serviu de moeda de troca com os partidos mais fisiológicos. Obtidos os votos, agora virão as cobranças.

Temer está diante de um difícil rearranjo das forças golpistas. A divisão do PSDB, 22 a favor do relatório e 21 contra, indicou rupturas na base governista. Esse partido foi o principal pilar de sustentação do golpe de Estado. Temer e Aécio Neves usaram o PSDB de Minas Gerais para escorraçar o relator Sérgio Zveiter e colocar em seu lugar o mineiro Paulo Abi-Ackel, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No entanto, no plenário da Câmara, o deputado Ricardo Tripoli, PSDB de São Paulo, chamou a bancada a votar contra Temer. O PSDB que esteve à frente do impeachment acabou entregando o poder ao PMDB e ao DEM. Os seus quatro ministérios não compensam o comprometimento com o governo que é rechaçado pela quase totalidade da população. O flagrante que expôs a delinquência de Aécio Neves obriga a fração do PSDB mineiro a garantir a sobrevivência de Temer, independente do quanto esteja desmoralizado. Ocorre que a fração paulista e a nordestina do PSDB não pretende se sacrificar perante o julgamento eleitoral de 2018.

O chamado Centrão (PP, PR, PRB, PSD, PTB, SD e outros) deu a vitória a Temer, como era esperado. Nele estão concentrados os ruralistas, evangélicos e os sindicalistas direitistas. Chamou atenção o fato da bancada da “bala” (segurança) ter dado votos contra Temer, em apoio à Operação Lava Jato. Os integrantes das bancadas BBB (boi, bala e bíblia) estão disseminados em quase todos os partidos, compondo um universo de 385 deputados de um total 513. Somente a bancada ruralista reúne cerca de 200 deputados. Esta bancada votou esmagadoramente em favor do governo, expressando os interesses do agronegócio, latifundiários, etc. Boa parte das bancadas BBB se concentra nos partidos que formam o Centrão. Recordemos que foi essa base parlamentar, que expressa a direita mais radical, que possibilitou ao PSDB estabelecer uma aliança com o PMDB para derrubar o governo do PT.

A oposição encabeçada pelo PT esteve unida. Votou quase 100% pelo acatamento da denúncia. É preciso, porém, não confundir a totalidade dos votos como de oposição. Quase todos os partidos que serviram ao golpe deram votos contrários ao relatório de Abi-Ackel. Alguns notórios reacionários procuraram se destacar do governo, como foi o caso dos Bolsonaro. Tinham a certeza, porém, que Temer venceria. À exceção do PT e aliados que foram vítimas do impeachment, os demais votaram pelo acatamento da denúncia em função de cálculos eleitorais e de vínculos com as forças que comandam a Lava Jato. De maneira que os 227 votos contra Temer não têm o mesmo peso político. A parcela considerada “infiel” é dura adversária do PT e aliados, trabalhou pelo golpe de Estado. A crise é tão profunda e os interesses oligárquicos são tão arraigados que levaram a colocar no mesmo terreno os

Manifesto

não-golpistas e golpistas. É necessário, embora pareça marginal, apontar o fato de o governador da Bahia, do PT, ter licenciado dois de seus secretários para votar em favor de Temer. Segundo informações, o afastamento de Temer daria interinidade ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é do DEM, o que fortaleceria o prefeito de Salvador, Antônio Magalhães Neto, do mesmo partido. Na prática, o petista contribuiu pela permanência de Temer.

Não era e não é do interesse do PT afastar o presidente golpista e entregar o poder a Rodrigo Maia. Perderia sentido a bandeira de “diretas já”, que corresponde institucionalmente ao “Fora Temer”. Há quem na esquerda oportunista afirme ser melhor com Temer do que com Maia. Certamente, esse argumento peregrino não chama atenção nem dos petistas. O que de fato os motiva é o objetivo de se fortalecer como oposição agarrados na

campanha de eleições para presidente e na justificativa de que é necessário retomar a democracia, dando ao País um “governo legítimo”. A caracterização de “governo ilegítimo” é puramente eleitoral. Se se Temer renunciasse ou fosse afastado e se se convocassem as eleições antecipadas, seja lá quem fosse o eleito ou que partido ganhasse o poder, estaria restabelecida a ordem democrática e a legitimidade do governo. Essa politicagem liberaloide oculta a real natureza ditatorial do governo nascido do golpe, bem como a caracterização do Congresso Nacional como órgão do golpe.

Temer teve de negociar com sua base de sustentação a continuidade do governo, mas tal feito somente teve êxito porque conta com apoio de importantes setores da burguesia, haja vista o desempenho do agronegócio. O capital financeiro está desconcertado com a fraqueza do governo diante das pressões setoriais, que se valem de

fartos subsídios. Nem por isso, abandonou o governo à sua própria sorte. Há alguma esperança de que ainda é possível negociar alguma saída para a reforma da previdência. A aprovação da reforma trabalhista foi um feito de grande envergadura. Impôs uma derrota à classe operária, mas graças à traição da burocracia que comanda as centrais. A desativação do movimento que se agigantou com a greve geral de 28 de abril deu fôlego político ao governo e deixou o Senado livre para dar o golpe de misericórdia nas velhas conquistas trabalhistas da classe operária. Não se pode e não é possível desvincular a permanência de Temer do desmonte do movimento nacional contra as reformas antinacional e antipopular. Estava claro que a derrubada do governo golpista somente viria da luta direta das massas contra as medidas que as sacrificam ainda mais em favor do capital financeiro, industrial, agroindustrial e comercial. A probabilidade de a própria burguesia se desfazer do governo que se originou do golpe de Estado e que se armou de um plano que pôs em marcha mudanças nas relações trabalhistas e previdenciárias esperadas há trinta anos era pequena. Além dessa ofensiva contra os explorados, Temer retomou os programas de privatizações montados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Os governos petistas não acabaram com as privatizações, mas estreitaram seu caminho. O governo golpista se encarregou de arreganhá-lo. Como se vê, não se tratava e não se trata de simplesmente trocar



O que assistimos na Câmara dos Deputados foi mais um episódio da crise de governabilidade, que tem por base a recessão econômica, as dificuldades do retorno ao crescimento, da reversão da alta taxa de desemprego, a quebra orçamentária dos estados da federação, o retrocesso dos serviços sociais, a miséria que ronda milhões de famílias e o impulso na criminalidade.

o governo golpista por outro eleito, mas de derrubar e enterrar por meio da luta direta dos explorados a política e as medidas antinacional e antipopular. A renúncia das Centrais em cumprir essa tarefa auxiliou a permanência de Temer em condições de luta de classes mais favoráveis hoje do que ontem. O espetáculo do Solidariade votando com o carrasco da classe operária retratou bem a traição da Força Sindical ao movimento de combate às reformas. O dramalhão dos petistas e pecebistas agitando a bandeira do Fora Temer, eleições e Lula para presidente, por sua vez, retratou bem a impotência do reformismo e o amargo papel da CUT em contribuir decisivamente para o desvio do curso da luta contra as reformas.

Os atritos, choques e enfrentamentos em torno da corrupção dizem respeito à política burguesa. O que assistimos na Câmara dos Deputados foi mais um episódio da crise de governabilidade, que tem por base a recessão econômica, as dificuldades do retorno ao crescimento, da reversão da alta taxa de desemprego, a quebra orçamentária dos estados da federação, o retrocesso dos serviços sociais, a miséria que ronda milhões de famílias e o impulso na criminalidade. Pouco antes da votação sobre a admissibilidade da denúncia, Temer, em comum acordo com o governador, enviou mais de oito mil homens das Forças Armadas para o Rio de Janeiro. Um dos estados mais importantes se encontra em situação falimentar. Há algum tempo vem gestando revoltas populares.

Os explorados estão diante do avanço da barbárie social e de governos que não têm outras respostas a não ser aumentar a exploração do trabalho, impulsionar a concentração de riqueza, fortalecer os monopólios e servir de instrumento do imperialismo. O nacional reformismo petista que pretendeu servir aos capitalistas e aos trabalhadores veio ao chão. Mostrou-se incapaz de se apoiar nas massas para enfrentar o movimento golpista. Seu principal aliado, o PMDB, conspirou para derrubar o governo de Dilma, recém-eleito para um segundo mandato. Sitiado pela frente golpista, sujeitou-se à degola. Temer é salvo da denúncia de corrupção pelo Congresso oligárquico e Lula é condenado pelo juiz Sérgio Moro. Temer exibiu força política barrando o Ministério Público, e Moro convocava Lula a depor em um segundo processo.

Esses acontecimentos ocorreram no mesmo momento sem que a CUT, sindicatos, movimentos e da Frente Brasil Popular mexessem um dedo para mobilizar. O último intento ocorreu em defesa de Lula e de sua candidatura a presidente. As pequenas manifestações expuseram as contradições da situação política. As centrais romperam a unidade grevista e mostraram para os explorados que não estavam de fato por derrubar e enterrar as reformas reacionárias de Temer/Meirelles pela via do combate das massas. E essas não têm nenhum interesse em servir às disputas interburguesas em torno da corrupção, dos espetáculos da Lava Jato e das eleições de um novo presidente. Odeiam Temer. Mas tal manifestação somente importa ao governo golpista se se transformar em luta nas fábricas, nos bairros pobres, nas escolas, no comércio, nos transportes, no campo e em toda parte em que os oprimidos possam expressar-se coletivamente.

A impopularidade de Temer em si e passiva somente serve às disputas eleitorais. Por esse caminho, a burguesia continuará a impor sua política de crise estrutural do capitalismo. Não tem como o PT, a CUT, MST, MTST, UNE e sua Frente Popular fugirem de sua responsabilidade histórica de submeter os explorados a uma das variantes da política burguesa, que é o reformismo. A conclusão mais importante da vitória de Temer na Câmara dos Deputados é que em mais esse acontecimento a oposição reformista mostrou a impotência diante do governo

golpista e da disposição da burguesia em mantê-lo à frente do Estado. Isso quer dizer que os explorados continuarão nas mãos do Congresso Nacional, que deverá decidir o que fazer com a reforma da previdência.

Ou a classe operária, os camponeses e as camadas pobres da classe média reagem e voltam às ruas, ou a ditadura civil de Temer continuará a atacar fundo suas condições de existência e a favorecer os interesses do capital financeiro, do agronegócio, dos latifundiários e dos monopólios industriais. Ou reorganizemos a greve geral, ou a marcha da barbárie progredirá. A enorme e devastadora crise em escala mundial põe à luz do dia as leis econômicas e sociais do capitalismo da época imperialista. Suas contradições não apenas não permitem melhorar as condições da maioria explorada, como as empurram para trás. Em toda parte, a classe capitalista e seus governos necessitam recrudescer a exploração do trabalho.

As potências, por sua vez, necessitam descarregar a crise sobre os países de economia atrasada. As massas dos países semicoloniais têm de suportar o peso da burguesia nacional e do imperialismo. Os governos que se arvoraram reformadores ou se sujeitam completamente às diretrizes do imperialismo, ou têm de ceder passagem a governos francamente pró-imperialistas. É o que se passa no Brasil e na América Latina. A situação da Venezuela que beira à guerra civil é o ponto mais alto dessa tendência geral. O golpe no Brasil é apenas uma variante da promoção de governos reacionários, antidemocráticos e autoritários no continente.

O problema é que o proletariado se acha desorganizado, submetido às políticas burguesas e pressionado pelas políticas pequeno-burguesas. Quando desperta para a luta, como na greve geral de 28 de abril, é contido pelas direções conciliadoras e pró-capitalistas.

A vanguarda consciente, verdadeiramente classista e socialista, têm de assumir o programa da revolução proletária. A experiência desse último período tem sido riquíssima em ensinamentos. Um dos mais significativos é que as condições da luta de classes exigem combater a ofensiva da burguesia e seu governo com a estratégia própria de poder. Sem esse guia, os explorados continuarão a se arrastar por trás das variantes burguesas. A posição do PT de remover institucionalmente o governo golpista e constituir um novo governo eleito corresponde à estratégia de poder da burguesia, embora no momento os capitalistas estejam por sustentar a ditadura civil de Temer. É necessário, portanto, combater todas as vias que alienam a independência de classe do proletariado.

A luta consequente para derrubar as reformas antinacional e antipopular exige que o movimento esteja sob a estratégia própria de poder. Eis por que é fundamental explicar para as massas que é necessário e possível combater o governo golpista sob a bandeira do governo operário e camponês. A estratégia de poder faz parte do programa proletário para a crise estrutural do capitalismo, que não se limita às reivindicações imediatas. Em sua essência, o programa conduz a luta dos explorados à expropriação do grande capital, ao controle operário da produção, à nacionalização das terras, à estatização do sistema financeiro e ao controle total do mercado exterior. O não pagamento da dívida pública é uma das primeiras medidas revolucionárias do governo operário e camponês.

Chamamos os explorados a exigir dos sindicatos a retomada das assembleias e a formação dos comitês de base para enfrentar a implantação da reforma trabalhista, da terceirização e impedir que o governo golpista imponha a reforma da previdência. Voltemos a organizar a greve geral! Abaixo do governo golpista e corrupto de Temer! Por um governo operário e camponês!

O que comemora Temer?

Os explorados têm pela frente novos embates com o governo golpista

O governo golpista comemorou o crescimento econômico de 0,5%. Ressaltou que o desemprego caiu para 13%. Que a participação das exportações na economia bateu o recorde de 18% do PIB. Que a previsão de crescimento da economia subiu de 0,2% para 0,3% em 2017.

Mas que outros aspectos estão ao lado destes e que apontam no sentido contrário aos festejos do governo?

O pequeníssimo crescimento econômico foi registrado por conta de uma alta excepcional na exportação de produtos agrícolas e minerais. Os principais ramos industriais registraram queda. De 24 analisados, 16 retraíram.

A diminuição do desemprego se deu por conta do grande aumento do número de empregados sem carteira, que responderam por mais de um milhão de vagas. O que significa substituição de trabalho registrado por trabalho precarizado. E preservação do desemprego acima de 13 milhões. Que age como um compressor sobre o valor da força de trabalho, rebaixando seu preço pela concorrência entre os explorados pelo emprego.

O recorde na porção de exportação se deve muito mais à retração do consumo interno. É a pressão recessiva que reduz a fatia das mercadorias consumidas internamente, a queda sucessiva no varejo, especialmente de alimentos, e a inadimplência recorde que revelam o conteúdo socialmente nefasto desse dado.

As contas públicas se deterioram mês a mês. O recorde negativo de 159 bilhões de déficit revela a impossibilidade de aprofundar os cortes sem paralisar a máquina pública. Por menos que isso, os golpistas cassaram Dilma por crime de responsabilidade fiscal. O aumento de impostos já se efetiva, e deve pressionar a inflação, que só não se elevou por conta da tendência à deflação causada pela retração do consumo.

Se a previsão de crescimento do Brasil cresceu 0,1% para 2017, é bom lembrar que para 2018 essa previsão caiu de 1,7% para 1,4%. Ou seja, caiu mais do que subiu.

Crise brasileira e crise mundial

Algumas importantes economias mundiais estão registrando um leve crescimento. Diante de tantos anos de estagnação ou retração, esses pequeníssimos índices são pontos fora da curva geral. A crise de 2008 expressou a superprodução capitalista. Nos principais ramos da economia, os dados indicaram o acerto das previsões de Marx sobre o desenvolvimento da crise: a anterior elevação rápida da produção e dos preços das mercadorias exauriu o crédito e setores fundamentais da economia arrastaram os demais para o buraco da recessão. Esta é a manifestação da necessária destruição, em larga escala, de forças produtivas mundiais para a reconcentração de mercados e capitais, de forma a criar novas condições de valorização do capital.

Lembremos que, desde o início da crise, o principal mecanismo de atenuação foi o de transferência de dívidas dos bancos e das multinacionais aos Estados Nacionais. O endividamento

público deu os maiores saltos da história, em todos os países. Ao mesmo tempo, a arrecadação pública desabou, por conta da recessão. Em toda parte, os economistas burgueses apontaram para a necessidade de cortes de gastos públicos a fim de preservar os compromissos com o parasitismo financeiro, salvo da tormenta da crise por esses mesmos recursos públicos. Em toda parte, os capitalistas passaram a exigir a flexibilização capitalista do trabalho, que se concretiza em ampliar o trabalho e reduzir os salários diretos e indiretos, além de liberdade de demissão e contratação precarizada.

O caso do Brasil não foi diferente na essência. Em ritmo e grau distinto das potências (mas em relação com as dezenas de países exportadores de matérias-primas), a crise se manifestou no país. A burguesia daqui, subordinada e interdependente com a de fora, passou a exigir o mesmo: garantia de pagamento do parasitismo financeiro, sustentação da gigantesca dívida pública e maior liberdade de superexploração do trabalho. A separação formal de interesses entre bancos e indústria não esconde que se trata do capital financeiro internacional dominante, e da grande burguesia nacional ligada a ele, ainda que com atritos circunstanciais.

Onde se concentra a oposição entre a burguesia e o proletariado?

Os últimos anos foram de grandes ataques às condições de vida e trabalho das massas, e de maior desnacionalização da economia brasileira. Centenas de bilhões foram deslocados, concentrando riqueza em um polo e miséria em outro, ainda que censitária e circunstancialmente incluída na chamada “nova classe média”. Os direitos trabalhistas vêm sendo atacados com aval do núcleo da burocracia sindical, o sindicato metalúrgico do ABC, que há anos iniciou a redução de salários e jornada nas montadoras, e assim deu início à reforma das leis do trabalho, com seu conceito de “acordado acima do legislado”.

Diante de tantos ataques, envolvendo fábulas de dinheiro e riquezas, fica difícil saber qual o maior.

Mas hoje há um conjunto de ataques que se distingue dos demais por suas consequências gerais e de conjunto sobre a classe. Iniciado com o “ajuste fiscal” no segundo governo Dilma, sob a batuta do banqueiro Joaquim Levy, e continuado pelo sucessor golpista Temer por meio do Teto dos gastos, Terceirização e reformas Trabalhista e da Previdência, esse conjunto de ataques está voltado a garantir a valorização do capital, bancário e industrial, mesmo diante da recessão/estagnação/pequeníssimo crescimento econômico. O fato é que desde 2008, com oscilações, acirra-se a tendência geral do capitalismo à redução da taxa de lucro. Esse conjunto de medidas de Temer tem por base a preservação artificial e à força dos lucros, mesmo diante das tendências da crise econômica mundial. E ele só pode ser aplicado por meio de uma redução geral do preço da força de trabalho no país.

Essa redução está sendo feita pela redução dos salários diretos e indiretos e elevação do desemprego.

Os cortes de direitos são redução dos salários indiretos. Destruir saúde, educação, previdência, etc. conduz exatamente a isso.

A reforma trabalhista levará a maior carga de trabalho e redução de salários diretos, além da demissão de muitos. Isto porque ao capitalista não interessa contratar se não existe crescimento da produção. Ao patrão, não interessa contratar nem de graça um funcionário que não tem o que fazer. Aí está mais uma mentira do governo e da burguesia: os cortes de direitos e da legislação trabalhista não vão aumentar o emprego, ao contrário, vão aumentar o desemprego. Porque vão reduzir o poder de consumo das massas em geral. Aposentados ganhando menos e assalariados com menor salário vão todos gastar menos. As reformas são recessivas à economia já em retração.

Tudo isso mostra que no capitalismo em decomposição as respostas dos exploradores e seus governos à crise só podem levar a mais crises. A resposta da burguesia é aumentar a barbárie social. Somente a revolução proletária poderá dar uma saída progressista às crises e para a humanidade.

A crise política se aprofunda

Sobre a base de uma economia em crise, a política burguesa responde acentuando as tendências da própria crise. Sob a ameaça de perda de lucros e investimentos, as frações da burguesia se chocam umas às outras. Agravam-se as tendências da crise política.

O governo golpista de Temer assumiu a tarefa de levar adiante as reformas ditadas pelo capital financeiro que Dilma não conseguiu concretizar. Mas tem de vencer dificuldades, criadas pela crise econômica e política.

Setores oligárquicos reclamam pela aplicação diferenciada das reformas entre o sudeste industrial e o nordeste atrasado. Investidores externos reclamam das tremendas incertezas embutidas nos investimentos diante das sucessivas denúncias contra o governo, seus partidos, políticos e empresários ligados a eles. Um movimento pela saída de Temer foi deflagrado pela Rede Globo desde maio, ganhou força ao ponto de indicar o relator do processo criminal contra Temer e depois se enfraqueceu diante da resistência do PMDB oligárquico, da falta de perspectivas e das manobras corruptoras de Temer.

As massas assimilaram a luta contra as reformas da previdência e trabalhista, fato comprovado pelo apoio (ainda que passivo pela grande maioria) à greve geral de 28/04. A greve geral colocou a questão na forma de luta política, de classe contra classe, mas as direções das centrais agiram no sentido de impedir que as massas se chocassem abertamente contra o Estado burguês. Ora negociaram perdas com o governo, ora pediram o adiamento da votação das reformas até que se pudesse negociá-las por um governo eleito. A trégua dada ao governo entre 28/4 e 30/6 permitiu que o governo se recompusesse e retomasse a ofensiva. O resultado foi a aprovação da reforma trabalhista e o engavetamento do processo de corrupção contra Temer, este realizado com aval da oposição encabeçada pelo PT, que deu quorum para votar logo a questão e liberou secretários peemedebistas na Bahia para ajudar a livrar o corrupto do afastamento da presidência, sem falar do fato de não ter mobilizado amplamente sequer para a pressão parlamentar, nem em uma situação

nem em outra. Verificou-se que a bandeira das diretas já não passou de enganação eleitoral. Nas contas dos lulistas, é melhor que Temer fique sendo desgastado até as eleições, para que o salvador da pátria, Lula, seja eleito.

A maioria burguesa, oligárquica, representada pelo PMDB e Centrão, se mantém vitoriosa contra as massas no parlamento, fazendo avançar suas reformas e mantendo o presidente mais odiado da história no cargo. Mas não conta com uma perspectiva eleitoral consistente para 2018. O pretendente tucano ao posto, Alckmin, revelou que ainda não tem sequer o controle do PSDB (Aécio está por se manter subordinado ao PMDB e Centrão, e conseguiu 22 dos 43 votos do PSDB na Câmara favoráveis a Temer), quanto menos fazer com que o DEM cumpra o acordo de desembarque do governo, feito em São Paulo dias antes. Enquanto isso, nas pesquisas, Lula vence todos e em quaisquer condições.

Por isso ganha importância se vai poder ou não disputar as eleições em 2018. Sua condenação ainda não o impede de se candidatar. Os demais processos ainda estão correndo no STF e um novo foi aberto no Paraná por Sergio Moro. Tudo indica que a condenação de Lula, preso ou não, servirá como espada de Dâmoqueles sobre o PT. Sua atitude de colaboração diante da votação da denúncia de Janot na Câmara indica que tende a se curvar. Não está disposto a mobilizar para impedir a cassação da candidatura de Lula. Seguirá o mesmo caminho institucional trilhado quando do impeachment. O pior é que agora enterra a luta contra as reformas junto.

Defendemos o direito democrático de Lula se candidatar. Somos contra a reivindicação de encarceramento pelo Estado burguês, seja de quem for. Mas não defendemos Lula e o PT. Traíram a classe e os demais oprimidos, debandando para o lado da burguesia. Prostraram-se diante da aprovação das mais violentas reformas contra os assalariados. Mandaram-nos para casa quando estes se dispuseram a lutar.

O governo Temer se mantém apoiado exclusivamente na camarilha parlamentar que o sustenta. A frase de Rodrigo Maia, que afirmou que os deputados não têm de dar bola para a população, reflete o total divórcio entre ambos.

A crise política que se aprofunda e a necessidade das massas de derrotarem a ofensiva capitalista por meio de seus métodos próprios de luta mostra que o caminho para se retomar a greve geral está colocado. As tentativas de **desvio para** as saídas burguesas, de eleições ou constituinte, que só podem servir de meio de recomposição da burguesia para lançar mais ataques e preservar os já realizados, são uma traição.

A estratégia das diretas já ou eleições só pode levar à tática do eleitoralismo, desviando as massas para apoiar este ou aquele lado das frações burguesas. Que já começam a se reorganizar, seja na frente de direita (Alckmin, Maia) ou na de esquerda (Lula, Ciro Gomes, Bresser Pereira, Renan Calheiros). Quando as massas apóiam seus algozes, sejam eles mais ou menos reacionários, reforça os grilhões que as prendem.

As massas podem avançar se estiverem sob sua própria estratégia política, a constituição de um governo operário e camponês por meio da revolução proletária. Assim, preservará sua independência de classe e colocará em marcha seus métodos próprios de luta, que levarão à construção de seus organismos independentes e opostos à burguesia e suas instituições.

PT: Plano Popular de Emergência – parte 2

No Jornal Massas, nº 547, publicamos a primeira parte da crítica ao Plano Popular de Emergência, divulgado pela Frente Brasil Popular, em 19 de maio de 2017. Comentamos apenas a introdução do documento. Agora, veremos os dez pontos, subdivididos em vários itens, que constituem o Plano. Vamos seguir a ordem estabelecida no documento.

Sobre a democratização do Estado

Já de início, a Frente Brasil Popular deixa claro que pleiteia a antecipação das eleições presidenciais. Coloca-se por uma urgente reforma política, que na realidade já está em andamento, cujo relator é Vicente Cândido, do PT. Está aí por que nos chama atenção o fato do documento não fazer nenhuma crítica ao processo existente. A tal da reforma política é do interesse da burguesia e, portanto, de seus grandes partidos. Um dos pontos básicos é o de impor a cláusula de barreira, por meio da qual serão cassados os partidos de esquerda, que têm baixo índice de votação. Não haverá reforma política que não esteja de acordo com os interesses do PMDB, PSDB e DEM, entre outros. Pretende-se aumentar o controle do fundo público de financiamento de campanha e do acesso aos meios de comunicação, por parte de um punhado de partidos. A diretriz que guia a reforma política é a de redução drástica do número de partidos. Um dos argumentos mentirosos é de que se pretende acabar com o tráfico de influência empresarial, os partidos chamados de “aluguel”, fortalecer os partidos ideológicos e estabilizar a democracia. Essas características são próprias do regime burguês que expressa o domínio oligárquico e a influência dos poderosos grupos econômicos no seio do Estado, incluindo o imperialismo. O que se pretende é impor uma centralização burocrático-autoritária mais rígida. Não haverá uma reforma política que não cumpra esse objetivo.

De maneira que a bandeira de “democratização do Estado” da Frente Brasil Popular mal esconde a capitulação. Não se opõe à cláusula de barreira, tão somente a ignora. A defesa do “financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais” corresponde aos interesses e domínio dos grandes partidos da burguesia.

O subitem 3, sintomaticamente, pleiteia a “revisão da atual lei do impeachment”. Advoga “a adoção de referendos revogatórios para todos os cargos executivos e a realização de plebiscitos impositivos convocados por 20% do eleitorado (...)”. Dizemos sintomaticamente porque o PT foi vítima da lei do impeachment, sem combatê-la. Considera o impeachment uma medida compatível com a democracia, apenas pretende cercá-la de garantias de que não será instrumento de golpe. É típico do reformismo colocar panos quentes. Ao invés de demonstrar pela experiência que a função do impeachment é cassar o voto de quem elegeu o presidente da República e, assim, anular as eleições, faz remendos com os tais dos referendos revogatórios e plebiscitos. Essa foi uma adaptação vergonhosa do PT que não condenou o impeachment e apenas considerou

mal aplicado, uma vez que em sua defesa justificou que não houve crime de responsabilidade. Se a Frente Brasil Popular pretendesse ser minimamente consequente com sua bandeira de “democratização do Estado”, deveria se colocar pelo fim do impeachment e defender o princípio da revogabilidade do mandato dos eleitos por quem os elegeu.

Essa questão está vinculada à “democratização da mídia” (subitem 4) e “democratização do poder judiciário” (subitem 5). A demagogia salta à vista. O PT esteve no governo por 13 anos e se curvou diante da imprensa monopolista. Em várias ocasiões, sua militância chegou a levantar essa bandeira. Bastou que os capitalistas da imprensa e sua organização (ABI) batessem o pé, acusando de ferir a liberdade de imprensa, para que os petistas se encolhessem. Agora, que foram derrubados do poder, querem a “adoção de legislação erradicando a propriedade monopolista dos meios de comunicação”. Esse monopólio está entrelaçado com o capital financeiro e com os monopólios industriais, agroindustriais e comerciais. Jamais se erradicará a propriedade monopolista dos meios de comunicação por meio do Congresso Nacional e de uma legislação. Essa é uma tarefa da revolução proletária, que implantará o controle operário

da produção e de toda esfera ideológica. A pretendida “democratização do poder judiciário”, por sua vez, vai na mesma linha. A Frente Brasil Popular quer que o Congresso Nacional oligárquico decida sobre “estabelecimento de mandatos para ministros das cortes superiores (...)”, eliminação de privilégios (...). Tomamos apenas algumas das medidas. Se quisessem defender uma posição minimamente democrática,

os reformistas deveriam levantar a bandeira de eleição direta e revogabilidade de todos os mandatos (juizes, procuradores, etc.). Não se referem às Forças Armadas que também deveriam estar sujeitas a esse princípio democrático. Por que não defender que os soldados elejam seus comandantes?

A bandeira de “democratização do Estado” é manejada de forma abstrata e retórica. O Estado é um órgão de dominação de classe. A burguesia destruiu o Estado monárquico e o substituiu pelo Estado republicano. É inerente à república a democracia burguesa. No Brasil, desenvolveu-se segundo as particularidades do capitalismo de economia atrasada, da burguesia nacional oligárquica e de uma brutal polarização entre a minoria exploradora e a vasta maioria explorada. A classe operária, os camponeses oprimidos e a camada mais pobre da classe média não tiveram qualquer influência na constituição da democracia oligárquica e em seu desenvolvimento. O ponto mais alto de suas contradições se manifestou na forma do golpe militar de 1964 e de 21 anos de regime ditatorial. Todo o período republicano está marcado pelo autoritarismo, por golpes e contragolpes e pela marginalização das massas nas decisões de Estado. As eleições controladas pelos coronéis, passaram a ser controladas pelo capital financeiro e poderosos grupos econômicos, que financiam os partidos e ditam, em última instância, o curso da política burguesa em cada momento. Não

Ao invés de demonstrar pela experiência que a função do impeachment é cassar o voto de quem elegeu o presidente da República e, assim, anular as eleições, faz remendos com os tais dos referendos revogatórios e plebiscitos.

por acaso, o fim da ditadura militar ocorreu pela transferência de poder a um presidente civil pela via do Colégio Eleitoral, constituído por uma camarilha. Nem mesmo o movimento democrático das “diretas já” foi capaz de remover a ditadura e eleger o primeiro presidente da “redemocratização”. Somente depois de quatro anos do fim da ditadura (1985), se convocaram as eleições presidenciais (1989). Sob o governo de José Sarney, nascido do Colégio Eleitoral, promoveram-se as eleições para o Congresso Nacional, que foi transformado em uma Assembleia Constituinte 1987/1988. Os reformistas alimentaram ilusões na convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva. Porém, a passagem da ditadura militar para a democracia se deu transferindo poderes para os partidos da oligarquia, que serviram à ditadura militar (ARENA e MDB).

O PT foi gestado nas entranhas da democracia oligárquica. Uma de suas teses era precisamente a da “democratização do Estado” por meio dos “conselhos populares”, das “consultas”, do “orçamento participativo”, etc. Durou pouco tempo para que as experiências com os conselhos e orçamento participativo expusessem toda a demagogia democratizante e eleitoreira do PT. Lula somente chega à presidência em 2002, apoiando-se em setores capitalistas e se aliando partidariamente com setores da oligarquia (a exemplo do PL de José Alencar). Para governar, foi obrigado a se aliar ao PMDB e toda escória partidária. Dilma Rousseff, finalmente, foi derrubada graças a uma conspiração do PMDB. Esse partido ocupou a direção do Estado por meio do Colégio Eleitoral da Ditadura e, agora, pelo golpe de Estado. Em todo esse período não conseguiu eleger nenhum presidente, no entanto nunca deixou de ser um pivô de poder. Está evidenciada a natureza oligárquica da democracia brasileira.

O PT mergulhou fundo no financiamento de campanha

1º Congresso Nacional do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS)

Do centrismo esquerdista ao reformismo oportunista

Realizado entre 27 e 30 de julho, o Congresso aprovou o ingresso do MAIS no Partido Socialista e Liberdade (PSOL). Segundo o cálculo de seus organizadores, “mais de oitocentos militantes de todo o país” concorreram para tomar essa decisão. A quantidade sempre impressionou aqueles que não selecionam a militância construindo o programa da revolução proletária e organizando o partido de acordo com a concepção leninista. O exitismo é uma marca das esquerdas centristas e reformistas. Está de acordo com a política eleitoral de esquerda e o afã de constituir bancada parlamentar.

Já havíamos caracterizado a cisão do MAIS com o PSTU, em 2016, como resultado da política centrista que se identifica como “morenista”, ou seja, como revisionista do trotskismo. Não foi uma cisão crítica e autocrítica do centrismo. Ao contrário, correspondeu à ruptura da fração à direita. Como se sabe, o centrismo historicamente é uma organização pequeno-burguesa de esquerda que oscila entre o marxismo e o reformismo. Ora se aproxima da política do proletariado, ora da política reformista burguesa. Mas a linha geral, inevitavelmente, conclui se adaptando ao capitalismo, embora continue reivindicando o socialismo. Se recorrermos à história da transformação da Convergência Socialista em PSTU é possível reco-

patrocinado pelos grupos econômicos, tal qual o PMDB, PSDB, etc. Sofreu um duro golpe com as investigações da Operação Lava Jato. O PMDB e PSDB também são atingidos. Ocorre que, por representarem a oligarquia, não terão de pagar o preço que o PT está pagando. Essa é a real democracia do país. Não há como modificá-la substancialmente. O controle do Congresso Nacional pelos ruralistas, igrejas e policiais (bancada do BBB) indica o estágio avançado de putrefação da democracia oligárquica. A Frente Brasil Popular desconhece que essa democracia putrefata reflete a economia desigual e combinada, predominantemente determinada pela grande propriedade privada dos meios de produção e pelos monopólios, bem como pela influência do imperialismo. O postulado da “democratização do Estado” não passa de um recurso eleitoral para enganar as massas.

As reivindicações democráticas de interesse dos explorados, no entanto, não fazem parte, nem formalmente, do Plano Popular de Emergência. São elas: fim de toda legislação repressiva do Estado (lei antigreve, lei antiterrorismo, etc.), direito de autodefesa dos camponeses, desmantelamento do aparato policial, fim da polícia política (ABIN), fim da Lei de Segurança Nacional, armamento do povo, entre outros. A violência policial contra greves, manifestantes e ocupações, os assassinatos de camponeses e jovens nos grandes centros urbanos compõem imediatamente como ponto de partida da luta democrática. O PT, PCdoB e sua Frente Brasil Popular não podem colocar em seu programa eleitoral questões como essas porque já fazem parte do Estado burguês e de sua democracia oligárquica. Ou seja, da ditadura de classe da burguesia.

No próximo Jornal Massas daremos continuidade à crítica ao Plano Popular de Emergência.

nhecer o ziguezague centrista. O movimento sinuoso entre posições próximas ao marxismo e próximas ao reformismo cria as condições para cisão de uma fração mais à direita, ou mais à esquerda. No caso, não foi uma cisão mais à esquerda, que como tal seria progressiva, uma vez que poderia confluir para a política do proletariado.

É próprio desse tipo de cisão não apresentar divergências programáticas e principistas. O 1º Congresso do MAIS não se encarregou de discutir e aprovar um programa partidário. Não havia essa necessidade uma vez que o processo de cisão com o PSTU não se deu sobre a base de um balanço crítico e autocrítico do morenismo revisionista do trotskismo. O MAIS continuou se identificando como tal. Como se vê, trata-se de mais uma divisão no campo dessa corrente internacional, criada por Nahuel Moreno. Uma das teses do morenismo é a de que o partido será construído pela via de fusões de correntes de distintas procedências, portanto, não pelo programa da revolução proletária. O lugar das eleições na construção do partido é estratégico, embora o morenismo continue a juramentar a tática leninista. A política de “frente de esquerda”, de “alternativa dos trabalhadores”, corresponde precisamente à substituição da tática marxista para as eleições pela estratégia pe-

queno-burguesa esquerdista. Não por acaso, todas as variantes do centrismo e do reformismo de esquerda confluem para a mesma fórmula governamental – “governo dos trabalhadores”. Fórmula esta distinta e oposta à concepção estratégica do governo operário e camponês, própria para os países semicoloniais, que arrastam heranças pré-capitalistas.

O MAIS não rompeu com essas premissas do morenismo. Rompeu para afirmá-las, convencido de que o PSTU havia se fechado no esquerdismo inconsequente. Não sabemos se quando os militantes do MAIS estavam no PSTU defenderam que se integrassem ao PSOL. Não sabemos também se os dirigentes que promoveram a divisão tinham em seus cálculos a entrada no PSOL. Mas sabemos que aprovaram a frente eleitoral do PSTU com o PSOL e PCB, em 2006, tendo a Frente de Esquerda como candidata à presidência da República, Heloísa Helena e como vice, César Benjamin – ambos do PSOL. E, certamente, passaram a reprovar as seguidas candidaturas de José Maria, no momento em que o PSTU mingua em votos e o PSOL se afirmava como partido eleitoral. A errônea posição do PSTU diante do impeachment e do consequente golpe de Estado, provavelmente acentuou a divergência e amadureceu as condições da ruptura. O morenismo, sem a projeção eleitoral e a sequência de erros diante dos grandes acontecimentos da luta de classes, tende a se desintegrar. Foi assim na Argentina, onde as cisões se deram na forma de metástase. O morenismo floresceu até o momento em que teve algum êxito eleitoral e esteve sob o comando do caudilho Nahuel Moreno.

O PSTU também resultou em um processo de crescimento por meio de aglutinação de agrupamentos que se desprenderam do PT e do velho estalinismo. Para isso, teve de procurar um caminho próprio de crescimento eleitoral, uma vez que como Convergência Socialista havia sido expulso do PT. Conquistou importantes postos no sindicalismo, comparecendo como sua ala esquerda, o que lhe permitiu romper com a CUT e com a UNE, formando sua própria central sindical (CSP-Con-

lutas). Esse percurso acabou por dificultar a política de frente de esquerda voltada ao PSOL e PCB. Esperava-se uma potenciação sindical que se convertesse em alavanca eleitoral. O que se verificou com o passar do tempo é que essa linha política não avançaria mais do que o alcançado. A Conlutas não expressou uma tendência de ruptura real de importantes setores da classe operária com a burocracia cutista. A candidatura “operária e socialista” de José Maria, ao invés avançar eleitoralmente, recuou. A combinação de erros e fracassos alimentou a direita do centrismo, que rompeu sem nenhuma razão programática.

O MAIS não surgiu, portanto, para constituir um novo partido. Não há lugar para uma outra organização centrista entre o PSTU e PSOL. Essa é a realidade nua e crua. De maneira que ou acabaria se dissolvendo, ou iria para o PSOL. É bem provável que o MAIS se gestou como uma fração do PSOL no seio do PSTU. Nem sempre os fenômenos políticos que se manifestam no movimento da esquerda pequeno-burguesa são claros e conscientes. No entanto, era previsível que o fortalecimento do PSOL implicava o enfraquecimento do PSTU, uma vez que a corrente morenista está imbricada no mesmo campo da esquerda eleitoral. O PSTU, para sobreviver, está obrigado a se firmar como esquerda do reformismo psolista, que se constituiu como esquerda do PT. A crise do PT deu visibilidade ao PSOL, mas não ao PSTU.

A ala direita do morenismo, que se conformou como MAIS, expressa no fundo as contradições da política pequeno-burguesa diante da profunda crise capitalista e do enorme atraso do proletariado e da vanguarda que em geral se cobre com a bandeira do socialismo. Podemos dizer que a ruptura no PSTU e o ingresso do MAIS no PSOL é parte da crise de direção. A gravidade está em que se converte em retrocessos na tarefa de superar a crise de direção. O fortalecimento do PSOL é um sério obstáculo à luta da vanguarda marxista-leninista-trotskista por construir o partido revolucionário no Brasil e reconstruir a IV Internacional.

MRT reclama

O ingresso do MAIS no PSOL atingiu o MRT. Lembremos de passagem que esse agrupamento se chamava LER-QI. Foi criado pelo PTS da Argentina, que também é uma cisão do morenismo. A LER-QI nunca teve vida própria. Foi uma espécie de aclimação de mais uma variante do revisionismo do trotskismo. O nome original identificava essa corrente com a Quarta Internacional (Liga Estratégia Revolucionária-Quarta Internacional). O marxismo prima pelo nome do partido. É o que Marx, Engels e Lênin demonstraram. O que explica então a mudança do nome de LER-QI para MRT (Movimento Revolucionário de Trabalhadores)? O motivo principal se deve à tese morenista de que o partido não é o programa e sim um movimento de junção de agrupamentos. A LER-QI por isso não se reconhecia como embrião do partido revolucionário. Está aí por que a identificação com a Quarta Internacional era um obstáculo. A noção de Liga Estratégia Revolucionária indica que a junção (liga) de agrupamentos deveria estar condicionada à “Estratégia Revolucionária”, que por sua vez, correspondia à Quarta Internacional. Os morenistas do PTS viram que não poderiam carregar essa bandeira sem custos, mesmo que sua política fosse uma variante do centrismo. O conceito de movi-

mento dissolve o nome anterior para ajustá-lo à tese de que o partido é o resultado de fusões de agrupamentos. O conceito revolucionário pode ser ostentado por reformistas, radicais, castristas, etc. Temos exemplos de sobra na América Latina. O conceito “trabalhadores” é amplo e tem servido para negar o proletariado como a classe revolucionária dirigente. Toda corrente reformista e centrista zelam por dissolver o proletariado como classe trabalhadora em geral.

Essas observações vêm no sentido de explicar por que o MRT ficou tão zangado pelo fato do MAIS ser acolhido pelo PSOL, quando havia pedido o ingresso bem antes e que lhe foi negado. A aceitação da entrada do MAIS ensejou aos morenistas do MRT um pedido de explicação do por que seu pleito foi rejeitado. A direção do PSOL, pelo visto, simplesmente disse NÃO ao MRT. Como poderia dizer NÃO sem uma justificativa para que o MRT pudesse responder? Como poderia agora acolher o MAIS, quando preteriu o MRT? Que diferenças afinal têm o MRT do MAIS para que não fosse aceito? Essas indagações estão subjacentes à carta redigida por Diana Assunção, na qual exige “uma resposta oficial da direção do PSOL”. O mais provável é que o pedido indignado não tenha eco. Se o PSOL

não se preocupou em dar uma “resposta oficial” ao MRT, quando do pedido, por que agora o faria? Afinal de contas, Assunção explica que o 1º Congresso do MRT (2015) aprovou a entrada no PSOL e para isso se reuniu com várias correntes internas e parlamentares que se mostraram favoráveis, então não entende por que a direção do PSOL tratou com tanto desprezo o pedido. Que mal faria o MRT se seu objetivo é o de “avançar na difícil tarefa de batalhar pelas ideias revolucionárias chegando a setores muito mais amplos”? A ex-LER-QI confessa que não tem outra via de defender suas “ideias revolucionárias” perante “setores muito mais amplos” que não seja por meio do PSOL. Não há nada de estranho em seu pedido porque afinal o PSOL é uma montagem de muitas correntes, por isso é capaz de “comportar posições antagônicas”. O fato do MRT ter lançado candidaturas por meio do PSOL, nas eleições de 2016, demonstra, segundo Assunção, a enorme disposição de integrar os quadros desse partido. A prova mais cabal do reconhecimento de que o PSOL é o partido que merece ter em seus quadros o MRT foi dada nas eleições do Rio de Janeiro, em que apoiou Marcelo Freixo. O MRT não é um estranho para ser desconsiderado pela direção do PSOL. É bem conhecida, segundo Assunção, que o MRT batalha “por um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo”. O PSOL é o partido que poderia encarnar essa política do MRT, que por si só não tem como chegar eleitoralmente às massas.

Esses revisionistas estão piamente convencidos da possibilidade de constituir um “governo dos trabalhadores” pela via eleitoral, que uma vez no poder do Estado provocaria uma ruptura com o capitalismo. Muita gente se iludiu com o PT nesse mesmo sentido. Parece que a experiência do nacional-reformismo pouco ensinou aos socialistas de palavras. O

MRT acredita ser importante para o PSOL diante da reforma política, que tornará mais difícil a sua existência. Em certo sentido, há uma troca, uma vez que o MRT necessita do PSOL para falar às amplas massas, e o PSOL terá de ser reforçado com a presença do MRT para enfrentar a difícil conjuntura que tende a fechar passagem às esquerdas legalizadas. Esses são os reais problemas políticos, que concretamente não impedem o ingresso do MRT. Assunção esclarece que o MRT não coloca “nenhum tipo de condição organizativa” e que não objetiva “alterar a correlação de forças interna construída pelas correntes”. As más línguas é que teriam divulgado tais inverdades. Impressiona o MRT que o PSOL do Rio de Janeiro tenha aberto suas portas à “entrada de um grupo de policiais”. Informação que foi “confirmada por Freixo nas redes sociais”. Lembremos aqui de passagem que é o mesmo Freixo que o MRT apoiou nas eleições em nome da ruptura com o capitalismo. Mas o que importa é que Assunção se mostra indignada pelo fato do MRT ser obstado quando policiais que servem à matança de pobres e negros serem acolhidos. O MRT teria o dever de dizer em sua carta se estaria pela manutenção da decisão ou pela expulsão dos policiais. Mas como a crítica vem no sentido de que o PSOL está cometendo uma injustiça com o MRT, então, Assunção se limita a questionar qual o critério que foi utilizado para impedir que sua organização ingressasse no PSOL. Assim, os pseudo trotskistas da antiga LER-QI pedem aos burocratas da direção do PSOL que atendam ao “método fraterno de discussões políticas transparentes e critérios claros como uma condição para que as organizações políticas à esquerda do PT possam unir forças na luta de classes...”. Bastaria esse servilismo para se ter clara a posição de desespero do MRT.

Londrina

Eleição do DCE escolhe chapa programática

Na semana passada, realizaram-se as eleições para escolha da nova direção do DCE. Três chapas concorreram: a chapa 1, do MBL; a chapa 3, da UJS/PT e a Chapa 2, que expressa a continuidade da chapa que dirige a entidade desde o ano passado e conta com a CPE na sua composição.

A chapa 2 venceu por 1015 votos, contra 679 da chapa 1 e 278 da chapa 3. A contagem dos votos foi acidentada pela violação da última urna, que acabou sendo anulada. A anulação no entanto, foi questionada pelas duas chapas derrotadas que pretenderam refazer a eleição. Esta alternativa foi rejeitada pela maioria dos centros acadêmicos que se reuniram para deliberar sobre o incidente e confirmaram a anulação apenas daquela urna, conforme estabelece o regimento eleitoral.

Durante o período de campanha, houve alguns debates dos quais a chapa do MBL se absteve de participar. O confronto ficou limitado à contraposição das posições das chapas 2 e 3 e, durante os debates, ficou evidenciado que a chapa da UJS/PT na prática se distinguia muito pouco do MBL, fazendo defesa de teses privatistas, enfeitando ligeiramente com o palavreado democratizante da UNE.

Chapa 2, reconhecimento duma trajetória programática

A constituição da chapa 2 se processou em plenárias abertas que transcorreram com ampla convocação das correntes e estudantes em geral. Durante as plenárias, debateram-se os pontos do

programa da chapa e, ao final, os membros que compõem a chapa concordaram com a plataforma programática (abaixo). Algumas correntes que participaram (Levante e UJS, se retiraram por não concordar com a plataforma aprovada. É importante destacar que os votos da eleição indicam que está havendo uma politização dos estudantes, lenta, mas persistente. Foi o que ficou claro durante os debates das chapas. Nessas ocasiões, a chapa 2 apresentou com clareza a plataforma programática que obrigou a outra a se contrapor e explicitar o seu alinhamento às teses privatistas; ademais, os estudantes aprofundaram durante as discussões a importância de se opor à onda reacionária encarnada pela chapa do MBL, apresentada com toda franqueza defendendo posições contrárias ao Movimento Estudantil, como exemplos: Policiamento no campus; fim da “indústria da greve criada pelo DCE”; queremos estudar e não temos vergonha disso; votação via portal do estudante (internet); chega de invasões à reitoria; chega de tanta pichação, etc...

A chapa do MBL é a continuação da chapa derrotada na eleição de 2016, do movimento proto-fascista que se manifestou durante a greve estudantil do ano passado e principalmente durante a ocupação da reitoria, incentivada e patrocinada por um vereador que encabeça o MBL na cidade e, ainda, representa a Câmara Municipal dentro do Conselho Universitário.

A chapa 2, “Ação Combativa”, manteve as mesmas bandeiras

da gestão anterior que enfrentou a reitoria e o governo, dirigiu a greve e organizou os estudantes nas ocupações, nas assembleias multitudinárias, no comando de greve, no Conselho de Centros Acadêmicos reunido semanalmente sem interrupção durante todo seu mandato e, manteve uma comunicação periódica mediante COMUNICADOS DO DCE se posicionando sobre todos os acontecimentos que afetavam o ME. Ademais, se engajou decisivamente na reorganização do Comitê Estadual em defesa do ensino superior público do Paraná. Esta atuação lhe valeu o reconhecimento dos estudantes como uma vanguarda séria e comprometida com posturas programáticas definidas, ou seja, não um grupo de aventureiros e oportunistas como em geral tem sido a atuação das outras correntes à frente da entidade.

Foi essa coerência com as posturas de combate à burocracia universitária alinhada ao governo e ao privatismo, com a ação direta e com intransigência perante as pressões dos setores atrasados do próprio movimento estudantil, que os estudantes estão agora reconhecendo, ao lhe dar a maioria de votos, e também pelo posicionamento majoritário dos Centros Acadêmicos em favor do cancelamento da urna violada, mantendo a vantagem da chapa 2

na contagem dos votos. Esse é o valor de um programa que vem sendo construído na intervenção cotidiana do movimento.

Plataforma da Chapa 2 “Ação Combativa”

- *Defesa da Autonomia Universitária; abaixo o META4; governo das três categorias; Assembleia Geral Universitária;*
- *Contra a privatização da Universidade; fim das taxas; financiamento integral pelo Estado; contra as pós-graduações pagas*
- *Contra o ensino pago; contra o vestibular; estatização das privadas*
- *Contra o fechamento do RU; que a reitoria exija as verbas para seu funcionamento ao Estado; gratuidade do RU; ampliação da moradia estudantil*
- *Pelo Passe Livre estudantil; pela estatização do transporte público de Londrina*
- *Contra a repressão e criminalização do movimento estudantil; fora a PM do campus*
- *Contra todo tipo de violência e discriminação*
- *Por uma direção da UNE independente dos governos; que a UNE rompa com a política de colaboração de classes*

Rio Grande do Norte / Mais um ataque da STTU/SETURN contra os estudantes e trabalhadores da UFRN

Como em todo início de semestre, os estudantes e trabalhadores da UFRN se depararam com mais uma surpresa. Na primeira semana de aula, a Secretaria de Transportes e Trens Urbanos de Natal (STTU) anunciou a implantação de um novo sistema de rotas intitulado de “Expresso” que, na prática, é um enxugamento da rota anterior, pois passaria então a só utilizar apenas uma parada dentro do Campus inteiro. Dos oito ônibus que fazem parte da frota, quatro foram convertidos em “Expressos”, de modo que os estudantes que não foram contemplados com a nova rota passaram a ter suas opções de ônibus diminuídas pela metade e, caso não queiram esperar o dobro de antes, são obrigados a caminhar vários minutos para ter acesso ao “Expresso” ou para caminhar para seus destinos, dentre eles o Restaurante Universitário.

Além do enxugamento da rota, essa mudança trouxe junto uma superexploração dos motoristas. Com a promessa de aumentar a frequência, a STTU, como serviço dos capitalistas (SETURN), submeteu os motoristas a uma intensa jornada e condições de trabalho humilhantes. De 10 viagens que dava antes, um dos motoristas passou a realizar 26. Não contam mais com o alojamento do terminal, onde podiam se alimentar, ir ao banheiro, descansar e confraternizar com os colegas. Quando o ônibus para, permanecem dentro do veículo ou na calçada, e para utilizar o banheiro precisam ir a prédios próximos, inclusive privados, além de que os horários de intervalo não coincidem com o/a almoço/janta. Os que reclamam ou se insubordinam sofrem ameaças e até suspensões.

Tal ataque se trata de uma manobra para mascarar o problema da superlotação do Circular com uma gambiarra logística, para não ter que aumentar a frota total ou até diminuí-la, o que prejudica, sem nenhuma exceção, todos os estudantes. Tem como fim a manutenção da taxa de lucro das empresas (são quem custeia os ônibus) a partir da precarização do serviço e das condições de trabalho.

A STTU/SETURN conta para isso com um professor da pró-

pria universidade (Rubens), ex-candidato a vice-reitor, que foi o idealizador do “Expresso” e age como um capataz dos capitalistas como supervisor dos motoristas e do funcionamento da nova rota. Os motivos para tal professor fazer isso ainda não estão claros. Uma hipótese é a de que busca potencializar-se eleitoralmente a partir dos estudantes das engenharias, que são seu reduto eleitoral e foram os aparentemente “beneficiados” com o novo itinerário. O fato é que sua atitude tem servido inteiramente aos propósitos dos capitalistas e contra os estudantes.

Vale ressaltar o posicionamento passivo da reitoria, transgressora da autonomia universitária, que permitiu, sem nenhum contraponto, que a prefeitura decidisse sobre o funcionamento do Circular do Campus, inclusive com a ajuda de um docente.

Assembleia do SINTEST

A assembleia ocorreu no segundo dia de implantação do Expresso, quando já estava claro o prejuízo que causava para muitos funcionários que agora são obrigados a bater o ponto eletrônico. Apesar disso, a mudança no itinerário não estava na pauta. Mesmo assim, a CPE/POR interveio denunciando a mudança e colocando a necessidade de que a assembleia rechaçasse o Expresso, o que despertou o apoio da base, além de construir atividades com os estudantes. Porém, a direção do SINTEST (PSOL) propôs que não se tomasse posicionamento, uma vez que era necessário um tempo para avaliar as consequências do novo itinerário, e como forma de protelar a luta, propôs a formação de uma “comissão” com os estudantes, o que acabou prevalecendo. A posição da direção se torna mais grave quando se coloca na balança a situação dos motoristas. O SINTEST tem a obrigação de se solidarizar com os trabalhadores motoristas incondicionalmente, e não de esperar para ver “os pontos positivos e negativos”. A postura corporativista da direção do SINTEST não é surpresa, pois já tem histórico de conciliação com a reitoria pró-burguesa, contra a própria categoria.

Direção do DCE pressionada diante da insatisfação

Diante da investida de marketing da STTU e do professor Rubens, os estudantes se encontraram desarmados politicamente. A maioria dos estudantes chegou a pensar, mesmo após a implantação do Expresso, que se tratava de um aumento da frota de ônibus. Tiveram de perceber a manobra sentindo na própria pele, pois não contam com uma direção revolucionária.

A direção do DCE (JPT) traiu descaradamente os estudantes. Sentou junto com a STTU e o professor, negociaram o itinerário e anunciaram como uma melhoria. Somente após uma insatisfação generalizada dos estudantes, a direção do DCE chamou assembleias setoriais e uma assembleia geral. Passou a adotar o discurso de que como estava acordado com a STTU era uma coisa e na prática foi outra, o que é falso. Desde antes da implantação, a partir das informações colhidas junto aos motoristas e com a própria direção do DCE, a CPE/POR já colocava que seria uma precarização do serviço. Com o novo discurso, a direção do DCE ajustou sua tática conciliatória no sentido de “colher” propostas a serem levadas para uma próxima reunião com a STTU no dia 14.

A assembleia geral estudantil de 08/08 contou com cerca de 100 estudantes, apesar de mal divulgada e chamada em cima da hora. Contou com a presença de um motorista, que deu o seu depoimento. A disputa se deu basicamente em duas questões. A primeira quando à reivindicação a ser assumida, se deveria manter o expresso (já que “melhorou” para os estudantes das engenharias) e em que condições (desde que aumente os Circulares, etc), ou se deveria rechaçar integralmente o Expresso. A segunda questão diz respeito ao método: a direção do DCE defendeu levar propostas para a reunião com a STTU, e a CPE/POR e alguns estudantes defenderam não confiar nas mesas de negociação e se conquistar as reivindicações pela luta (ação direta). Os encaminhamentos foram de realizar um CEB para planejar a mobilização e de que a reunião com a STTU fosse dentro da UFRN, com a presença da reitoria e dos estudantes de base.

Conclusão

O itinerário Expresso é incompatível com a melhoria do transporte e das condições de trabalho dos motoristas. Visa à manutenção os lucros a partir do enxugamento de rotas, superexploração e estagnação ou diminuição da frota. A ideia equivocada de “manter o sistema Expresso, desde que aumente o número de ônibus”, se submete às tendências individualistas e imediatistas de uma parte dos estudantes “beneficiados”, é conciliatória e não serve para derrotar essa manobra da STTU. O novo sistema de rotas deve ser rechaçado integralmente e assim reivindicar o aumento da frota para suprir a demanda.

A via das mesas de negociação é o caminho da derrota. Diante do encaminhamento da assembleia de uma audiência com a STTU, é importante fazer com que os estudantes percebam o mais rápido e com maior clareza possível que não adianta pedir aos capitalistas, pois as reivindicações só são conquistadas por imposição com ação direta. A partir disso, a luta deve se encaminhar para a realização de manifestações de rua e atos políticos de denúncia, pois o que se noticia é que está tudo muito bom, quando na verdade não está.

Esse ataque da STTU/SETURN não é algo isolado. A todo momento, nos vários bairros, os capitalistas sucateiam o sistema de transporte para preservar seus lucros, a partir de corte de linhas, demissão de cobradores, diminuição da frota, e ainda por cima aumento da tarifa. Isso só leva a concluir com a necessidade de construir uma luta unitária com os demais explorados nos bairros em defesa do transporte público e da estatização sem indenização do transporte, sob controle operário.

O POR tem atuado com as bandeiras de: *Abaixo o sistema de rotas “Expresso”!; Em defesa dos motoristas!; Aumento da frota para suprir a demanda!; Estatização sem indenização do sistema de transporte, sob controle operário (trabalhadores e usuários)!; Denúncias e manifestações de rua para derrotar essa manobra!*

Rondônia / Balanço da 16ª Plenária da CUT

Uma Plenária na contramão da luta contra as reformas antinacional e antipopular de Temer

A 16ª Plenária Estadual da CUT, em Rondônia, aconteceu nos dias 28 e 29 de julho. Tendo como slogan: “100 ANOS DEPOIS... A LUTA CONTINUA! NENHUM DIREITO A MENOS!”

Como já era previsto, a plenária foi totalmente burocratizada com comparecimento só das direções sindicais de todo o estado. Para fugir à regra, só a educação é que tinha quatro delegados de base. Nessa plenária, também houve uma eleição para recompor a CUT/RO, que estava sob intervenção da CUT nacional. Isso por que o presidente Itamar dos Santos Ferreira estava afastado temporariamente devido ao envolvimento em conflitos familiares, que vieram a público e denúncias na justiça burguesa. A nova diretoria eleita tem como presidente, Nereu José Klosinski, ex-de-

putado estadual pelo PT, denunciado de corrupção na Assembleia Legislativa, na Operação Termópilas. E o Itamar passou a ser o secretário de formação.

Como se vê, a Plenária, que deveria ser para impulsionar a luta, acabou se resumindo ao acerto entre a Nacional e a Estadual, pondo fim à intervenção. E à campanha eleitoral de 2018. Para isso, levantaram as bandeiras do “Fora Temer e Diretas Já!”.

Essa Plenária acontece em um momento em que o governo golpista de Temer aprovou a Reforma Trabalhista, acabando com direitos dos trabalhadores garantidos na CLT. Diante dessa situação, se limitaram a discursar em torno de “Nenhum direito a Menos”. Lamentaram, demagogicamente, que o PT se afastou de suas bases, para concluir que o povo ficou “desacreditado”

com a luta. Na realidade, tentaram fazer uma meia culpa pelo fato das massas trabalhadoras não terem se envolvido na luta contra o impeachment de Dilma Rousseff e não teriam saído massivamente para defender Lula da condenação de Sérgio Moro. A verdade é que os explorados acatarem a convocação da greve geral de 28 de abril, mas as direções burocratizadas impuseram a passividade para em seguida desmontar a resistência contra as reformas trabalhista e da previdência.

O POR interveio na plenária denunciando seu caráter burocratizado, criticando o papel das direções sindicais de desmontar o movimento grevista em favor do eleitoralismo do PT para 2018 e exigindo a retomada da greve geral para derrubar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista de Temer.

Rondônia / O governo Confúcio/PMDB acelera o processo de militarização das escolas no estado

Em Rondônia, já existia um colégio militar criado pelo Decreto de nº 4.878 desde o mês de novembro de 1990, que é o Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia (CTPM/RO). As vagas são dedicadas aos familiares de policiais militares e bombeiros e as remanescentes podem ser destinadas aos familiares dos civis. Com o projeto de militarização em Porto Velho, abre-se uma nova unidade da Escola Militar, na Escola Manaus.

Nos últimos anos, agravaram-se os problemas sociais com a construção da hidrelétrica de Jirau, o governo Confúcio/PMDB abriu mais uma unidade da escola Tiradentes, o Colégio Tiradentes II neste distrito. Os capitalistas e seus governos tratam os problemas sociais como caso de polícia. O exemplo é a militarização das escolas, que implica o adestramento de crianças e jovens ideologicamente e na disciplina dos quartéis, daí o fardamento escolar nos moldes das vestimentas dos militares e a orientação reacionária da “escola apartidária”. Ou seja, da escola amordaçada e sob a tutela da disciplina militar.

Com a inércia da burocracia do Sintero, a militarização das escolas tende a avançar

Os burocratas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) se limitam às denúncias e choramingam em torno do problema. Dizem que: “a militarização é imposta pelo governo, que entregam as escolas para serem administradas por militares. Dizem que não são contra a PM, nem aos colégios militares, nem favoráveis à prática da baderna e da desordem”. Portanto, não são contra a militarização das escolas.

Pior ainda: não dão um passo para organizar os trabalhadores em educação, os estudantes e os pais contra essa medida do governo. Ficando assim à mercê da campanha reacionária do governo em favor da entrega de escolas para a polícia militar.

Onde ocorrem reuniões, como no caso da Escola Estadual Capitão Cláudio Manoel da Costa, em Porto Velho, a polícia tem agido repressivamente. Nessa escola, a polícia chegou a usar gás de pimenta para impedir que houvesse a discussão da militarização. A reunião tinha sido marcada pela diretora geral da Seduc, Angélica Aires, juntamente com o deputado policial Jesuíno Boabaidi, militar que é mentor do projeto de lei. Montaram um aparato de guerra ao redor da escola. Levaram três viaturas do Comando de Operações Especiais (COE), viaturas do corpo de bombeiros e viaturas comuns da polícia com policiais fortemente armados. A direção do sindicato estava presente, mas não havia convocado os trabalhadores da educação, nem preparado a manifestação. O que impediu uma ação coletiva e organizada contra a presença da polícia no interior da escola.

Está mais do que evidente que sem a organização dos professores, funcionários, estudantes e pais não será possível barrar essa ofensiva reacionária do governo e de seu aparato militar. Que o Sintero e demais organizações sindicais e populares se coloquem abertamente contra o projeto de militarização das escolas e organizem a luta unitária para enterrar essa medida reacionária e autoritária.

Municipais SP / A divisão das oposições facilitou a vitória da burocracia sindical no SINPEEM

Ocorreu no dia 04 de agosto a eleição para diretoria do SINPEEM – Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo. Cinco chapas disputaram o pleito. Os 10.433 votos válidos foram distribuídos da seguinte forma:

Chapa 1	Compromisso e Luta – encabeçada por Cláudio Fonseca / PPS	5.471 votos	52,96%
Chapa 2	Unidade da Oposição – formada pelo POR e outros agrupamentos, como a APRA, Conspiração Socialista, PSTU, MAIS, LSR, Resistência e Luta, MES, FOS, Pastoral Operária e Coletivo Independentes de Luta (Z/S)	3.178 votos	30,76%
Chapa 3	Chapa dirigida pela corrente interna do PT, <i>O Trabalho</i>	816 votos	7,9%
Chapa 4	Oposição de Luta - composta pela Liga Operária Internacionalista	169 votos	1,64%
Chapa 5	Encabeçada pela corrente <i>Demolu</i> (Democracia e Luta), em aliança com o PCdoB	697 votos	6,75%
Branco	-	102 votos	0,98%

Pela aplicação da cláusula de barreira de 20%, critério burocrático e excludente que distorce a proporcionalidade, as chapas 3, 4 e 5 ficarão fora. Somente as Chapas 1 e 2 farão parte da nova direção, respeitados os percentuais de votação. Dos 35 membros que compõem a diretoria, a Chapa 1 terá 22 membros e a Chapa 2 terá 13. Dessa forma, o resultado conduziu à permanência da

burocracia sindical liderada por Fonseca como força majoritária.

O fiasco das eleições on line

A votação foi feita quase integralmente pela internet. Com esse novo modelo “on line”, ampliou-se o domínio da Chapa 1 sobre o processo eleitoral. Coube às outras quatro chapas acompanhar os votos irrisórios coletados nos treze postos fixos de votação.

A via “on line” foi amplamente denunciada em 2015, no congresso da entidade e na eleição para o Conselho de Representantes (quando foi empregada pela primeira vez), por ser um mecanismo fraudulento. Naquela época, já havia uma divisão na classe sobre o assunto, com muita desconfiança pairando no ar. Desta vez, o receio de perder o controle do aparato era tão grande que os burocratas se viram obrigados a recorrer a essa manobra descarada. Usaram como desculpa a ideia de “modernização do sindicato para facilitar a vida do eleitor, que não teve abono de ponto”.

Esse método foi deliberado numa reunião do Conselho, sem convocação com essa pauta. Outra irregularidade foi a aprovação da data da eleição na mesma reunião de conselheiros, quando deveria ter sido votada em assembleia. A data, próxima do recesso, dificultou à oposição o trabalho de visita às escolas, para debater os problemas da categoria com os trabalhadores e o seu programa. Vale lembrar que a Chapa 1 possuía membros liberados, que utilizaram a estrutura do sindicato para fazer campanha (os carros, por exemplo). Essas ações de aparelhamento da entidade contribuíram para distorcer os resultados e tornaram a disputa obviamente desigual.

Quanto aos dados, ninguém sabe ao certo quantos sócios existem. Os dados disponíveis são os apurados de cada eleição. De um universo médio estimado de 56 mil sócios, em 2014 votaram 5.963 sócios, ou seja, quase 11%. Nesta, votaram 10.433, ou seja, pouco mais que 18%. Em 2014 foi justificado o baixo índice pela falta de abono de ponto. E agora, com toda “facilidade” oferecida, o índice aumentou com apenas mais 7% do total de aptos ao voto.

O fenômeno da burocratização

Como justificar tão baixa votação? Certamente concorrem fatores gerais e outros particulares. O fenômeno da burocratização certamente é o mais importante. Não se trata de uma excepcionalidade do SINPEEM, corresponde à crise de direção. Consiste em um problema de raízes mais profundas, que se arrasta por toda uma época histórica. Só para citar alguns exemplos mais próximos, em que pesem suas diferenças, pode-se perceber traços semelhantes de burocratismo na Apeoesp, dirigida pelo PT, bem como na CNTE; na diretista Força Sindical; nos estalinistas da CTB etc.

As direções se afastam cada vez mais dos interesses e dos métodos próprios dos explorados. A burocracia sindical é uma casta parasitária, desvinculada do trabalho, que sobrevive das benesses de camarilha. Caminha de traição a traição, atuando como correia de transmissão da política da classe inimiga no interior dos organismos dos trabalhadores. Para isso, reforça as restrições antidemocráticas e até as fraudes e métodos gangsteris para se preservar.

O caudilho Cláudio Fonseca expressa esse fenômeno de forma clara. Atua como vereador na base do prefeito Dória, do reacionário PSDB. É presidente do sindicato há décadas. Controla a entidade com mão-de-ferro, usando a desqualificação, a mentira, as manobras e o cerceamento da democracia interna como ferramentas para se perpetuar. Está há anos distante do chão de escola, assim como vários diretores da Compromisso e Luta.

Assim, considerando a ausência de uma direção revolucionária enraizada nas massas, as bases acabam refletindo o grau de despolitização das suas direções. O baixo número de votantes só confirma essa dinâmica. A despolitização é própria de uma entidade dirigida por oportunistas, carreiristas e serviços da política burguesa. Estabelece-se a fragmentação entre uma minoria de grevistas (vanguarda) e uma maioria de sócios que frequenta o sindicato por causa dos cursos e congressos que servem para a evolução funcional. Ou para acessar as colônias de férias. Outros utilizam tão somente os serviços do jurídico. Essa concepção assistencialista e o descaso da maioria acabam permitindo à burocracia sindical se perpetuar.

Mesmo vencendo, a Chapa 1 vem se desgastando

Mesmo com toda a fraude, o resultado atual mostrou o desgaste da Chapa 1 em relação a última eleição. Não acompanhou o crescimento do total de votantes de 2014 até agora. Ao contrário, teve uma redução relativa de 13,5%, ou seja, foi de 61,19% para 52,96% dos votos. Além do continuísmo do presidente e da burocratização, uma das causas dessa redução foi a saída do PCdoB da diretoria (compôs a Chapa 5).

Por outro lado, talvez o fator decisivo para o deslocamento de uma parte de seu eleitorado tenha sido sua aliança com Dória. Cláudio Fonseca tentou mostrar que defende a categoria acima dos interesses partidários. Usou o argumento de que foi afastado do PCdoB por discordar da política de corte de verbas para a Educação, imposta pela então petista Marta Suplicy (o PCdoB era da base governista). De nada adiantou essa explicação chorosa. A diferença é que agora se aliou com o setor mais reacionário da burguesia,

ferindo o princípio da independência de classe. Não foi à toa que o SINPEEM não se manifestou no dia da votação da reforma trabalhista em Brasília. Acompanhou a traição das Centrais Sindicais.

A Chapa 4 – uma divisão desnecessária

Todos sabiam do desgaste da direção majoritária. A unidade de todas as correntes oposicionistas era um anseio da categoria. Por isso o POR fez um esforço para participar da Convenção da Unidade da Oposição, comparecendo com as ideias revolucionárias para intervir no sindicato. Essa intervenção correspondia à necessidade de elevação da consciência classista no seio da vanguarda. A Chapa 4 desprezou essa necessidade e o anseio da classe pela unidade. Preferiu a divisão, como fez em anos anteriores. Não conseguiu explicar até o momento a contradição de ter participado da Oposição Unificada nas eleições da Apeoesp (Chapa 3), e no SINPEEM ter feito o contrário. A atitude ultra esquerdista e divisionista só fortaleceu a burocracia sindical.

As Chapas 3 e 5: duas faces da mesma moeda

O PCdoB criou o caudilho Cláudio Fonseca com a política de conciliação de classe. Essa burocracia se fortaleceu nesses 30 anos e agora jogou para fora seu próprio criador. O PCdoB imediatamente procurou novos aliados eleitorais ligados à CUT/PT. O impeditivo para a aliança foi a disputa aparelhista pela cabeça de uma possível chapa. O *Trabalho* não abriu mão. Restou ao PCdoB procurar outros aliados.

O grupo *Demolu*, que havia rachado recentemente com a Unidade da Oposição, logo se viu abrigado pela CTB. Fez propostas para a classe de emenda aos projetos de Cláudio Fonseca. Conclusão: a Chapa 5 tirou votos da Chapa 1, porém, devolveu uma parte para a burocracia majoritária porque não atingiu a cláusula de 20% do total de votantes. Com isso ficaram fora da direção do sindicato.

A Chapa 2 saiu vitoriosa

A Chapa 2 concentrou uma parcela mais jovem e seu vigor para lutar. Formada por todas as demais correntes oposicionistas, visitou centenas de escolas. Recebeu apoio em todas elas. Mas não teve pernas para debater em todas as escolas, devido ao prazo curto estabelecido pela burocracia. Com a saída do grupo *Demolu*, era de se esperar também uma redução do número de votantes nesse agrupamento. No entanto, aconteceu o contrário. A Chapa 2 aumentou de 28,84% para 30,76%, ficando com dois cargos a mais na direção do sindicato - subiu de 11 para 13 cargos.

A vigência dessa chapa está na capacidade de unificar a classe para derrubar as reformas malditas. Por isso, é necessário que seus membros compreendam que a luta contra todo tipo de opressão passa pelo objetivo geral de derrubada da sociedade capitalista. A tarefa imediata é a de realizar uma plenária para discutir o balanço das eleições e as demais atividades, por exemplo, encampar a luta contra o corte dos professores contratados.

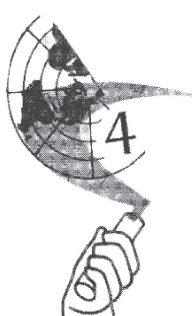
A **Corrente Proletária na Educação / POR** participou ativamente desse processo eleitoral, desde a Convenção, empunhando o programa proletário de luta anticapitalista. Denunciou a burocracia sindical como traidora da classe, assim como denunciou o fracasso e a impotência da política reformista (especialmente a do PT) frente à crise estrutural do capitalismo. Lutou e luta por formar uma fração revolucionária no interior do SINPEEM, com uma plataforma de luta que parta das reivindicações mais elementares e faça a ponte destas com as bandeiras gerais de combate ao capitalismo e construção do socialismo, com independência de classe e com o método da ação direta das massas.

Nesta edição:

- Declaração do Comitê de Enlace sobre a crise na Venezuela.
- Venezuela: Explorados e oprimidos encurralados entre um governo burguês reformista incapaz e uma direção direitista.
- Direito da Coreia do Norte à autodeterminação.
- Significado das Teses de Abril, de Guillermo Lora.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Fracassa a tentativa de sublevação militar na Venezuela

Posição do internacionalismo proletário diante da crise venezuelana

A facilidade com que os rebeldes foram derrotados na tentativa de tomar o Forte Paramacay indica que se tratou de uma ação isolada. Ou, então, a revolta em outras unidades das Forças Armadas Nacionais não se manifestou porque aguardou o resultado de Paramacay. Está claro que não expressou uma conspiração articulada e bem organizada.

O comandante da operação, o ex-capitão da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), Juan Caguaripano, fez uma tentativa de organizar uma oposição armada ao governo de Nicolás Maduro, em abril de 2014. Teve de ir para a clandestinidade, uma vez que foi condenado por um Tribunal Militar. Segundo informações, refugiou-se nos Estados Unidos. É bem provável que seu retorno de Miami foi amparado por adversários internos e externos do regime chavista. Caguaripano acha que a Venezuela está influenciada por Cuba e aliados. E que Maduro pretende percorrer o caminho do castrismo. A ele e seus adeptos, não importa que o imperialismo atue por baixo e por cima para derrubar o governo.

Ninguém desconhece que a oposição, reunida na Mesa de Unidade Democrática (MUD), se escora em setores da oligarquia venezuelana e nas ações externas dos Estados Unidos, Espanha, Vaticano, etc. Não resta dúvida, portanto, de que a invasão do Forte Paramacay, em Valencia, responde aos interesses de uma fração da burguesia, dos grandes proprietários fundiários e da alta classe média, bem como, das potências que não toleram nenhum tipo de regime nacionalista.

Caso o intento tivesse transformado o Forte em uma trincheira da reação, certamente animaria outras revoltas, uma vez que o choque cotidiano entre oposição e o governo, seguido de mortes, vem minando a governabilidade e repercutindo nas fileiras das Forças Armadas. Nota-se que, nos confrontos de rua, em meio aos manifestantes, têm atuado grupos armados, ainda que artesanal e precariamente. A bomba incendiária que

atingiu uma coluna policial de motocicleta indica a escalada de confrontos armados. A disposição dos manifestantes de enfrentar com a vida as forças da repressão é um primeiro passo para se criar um clima de guerra civil.

As possibilidades de uma transição negociada e pacífica diminuíram sensivelmente. Caguaripano exortou a rebelião para pôr fim ao governo Maduro, mas afirmou que não pretendia um golpe militar. Declarou-se subordinado à Assembleia Nacional, incentivando a oposição a romper com a via pacífica. Estaria esgotado o *“tempo de pactos e acordos ocultos entre tiranos e traidores”*. Concluiu pela necessidade de formação urgente de *“um governo de transição e eleições”*. A facilidade com que foi derrotada a invasão do Forte Paramacay reduz o impacto de sua pregação ideológica e política. O fundamental, porém, é que indicou um caminho do combate a ser percorrido. Mais à frente, veremos o quanto essas ideias representam nas condições de divisão e radicalização entre governo e oposição. Os últimos acontecimentos caminham no sentido apregoado pelo ex-capitão da GNB.

A tentativa da MUD de se fortalecer por meio da conquista da maioria parlamentar na Assembleia Nacional naufragou. O controle do poder do Estado pelo governo Maduro, assentado nas Forças Armadas e nas milícias bolivarianas, impossibilitou que a oposição erguesse um poder legislativo capaz de quebrar a governabilidade e impor-se ao ponto de conseguir eleições presidenciais antecipadas. O que equivaleria a depor o governo Maduro pela via legislativa. As manifestações de rua serviam de base a esse objetivo. Se conseguisse enfraquecer o chavismo no seio da população e cercá-lo politicamente pelas ações legislativas, estariam dadas as condições para uma transição do governo nacionalista para um governo pró-imperialista sem muita violência. Para isso, concorreram as pressões dos Estados Unidos, de parte dos governos latino-americanos, da socialdemocracia europeia e do Vaticano.

Lembremos que a eleição de Maduro em 2013 frustrou a oposição que esperava, com a morte do caudilho Hugo Chávez, interromper a continuidade do nacional-reformismo. Apoiada na própria Constituição chavista de 1999, a oposição pleiteou um referendo revogatório depois da metade do governo Maduro, em 2016. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE), controlado pelo governo, não reconheceu a validade das assinaturas de parte da população que apoiou a campanha da oposição, suspendendo o referendo revogatório em outubro de 2016. O choque que vinha num crescente desde 2014 se agudizou em 2016 em torno da bandeira opositorista de deposição de Maduro e convocação de eleições. As manifestações e marchas pela “tomada de Caracas” abriram um fosso intransponível entre a MUD e o governo. Fosso esse que se tentou superar por meio da intermediação do Vaticano e da UNASUL. Fracassou. Maduro ainda tentou remendar a situação em 2017 pedindo ao Papa que voltasse a intermediar. Ocorre que para a oposição se tratava de encontrar um acordo que abreviasse o mandato de Maduro. Nesse terreno, não seria possível uma mediação exitosa.

A Assembleia Nacional foi utilizada pela oposição para se constituir em governo paralelo. De forma que se tornou impossível a convivência com o Executivo. O Judiciário se manteve do lado do governo, que o utilizou para barrar as iniciativas da MUD. A conquista da maioria opositorista, nas eleições de dezembro de 2015, para a Assembleia Nacional, estabeleceu uma cisão institucional no seio do Estado que até então não existia com o controle absoluto do chavismo. O funcionamento da democracia burguesa depende de um certo grau de harmonia entre os poderes do Estado, principalmente entre o legislativo e o executivo. A ruptura total torna impossível a governabilidade. Ou o legislativo promove um golpe, ou o executivo fecha o legislativo, o que também é um golpe.

Dado o caráter particular da Constituição política da Venezuela, não foi possível à oposição derrubar o governo por meio de um golpe parlamentar, a exemplo de Honduras, Paraguai e Brasil. Procurou o caminho constitucional do referendo revogatório. O seu fracasso permitiu a Maduro anular a conquista eleitoral da oposição, retirando poderes da Assembleia Nacional. Não foi suficiente, uma vez que a oposição continuava utilizando esse posto para contestar diariamente o governo e impulsionar os movimentos de rua. O passo seguinte do governo foi o de convocar uma Assembleia Constituinte, talhada para derrubar a oposição de seu posto institucional avançado, que é a Assembleia Nacional. A oposição, prevendo a perda de poder institucional, recorreu à Consulta Popular contra a Constituinte. Agiu como governo paralelo. Ao mesmo tempo, acirraram-se as manifestações de maioria jovem e disposta ao confronto com a polícia chavista. Acrescentemos o episódio em que manifestantes pró-governo invadiram a Assembleia Nacional, num gesto de expulsar os opositores. No dia 5 de agosto, a Constituinte se instalou no lugar na Assembleia Nacional. Decidiu que irá legislar por dois anos e destituiu a Procuradora-Geral, Luisa Ortega Díaz. Fracassou a tentativa da oposição de fazer uma manifestação contra a instalação da Constituinte. No amanhecer de 6 de agosto, o ex-capitão Juan Caguariapano tentou um levante a partir do Forte Paramacay, assinalando a via do golpe militar.

A burguesia latino-americana retomou a ofensiva condenando a “ditadura comandada por Nicolás Maduro” e exigiu



A bomba incendiária que atingiu uma coluna policial de motocicleta indica a escalada de confrontos armados. A disposição dos manifestantes de enfrentar com a vida as forças da repressão é um primeiro passo para se criar um clima de guerra civil.

a volta da democracia. O governo dos Estados Unidos, Donald Trump, estendeu as represálias e ameaçou recrudescer as sanções. O Mercosul se reuniu em São Paulo para suspender a Venezuela, que de fato já estava suspensa desde setembro de 2016 quando foi arbitrariamente impedida, por um complô do Brasil e Argentina, de assumir a sua presidência. O chanceler brasileiro, Aloysio Nunes Ferreira, presidiu a seção pronunciando-se de boca cheia pelo restabelecimento da democracia na Venezuela. Essa gente se cobre de democrata quando acabou de ser um dos pontais do golpe institucional que cassou o voto de milhões de brasileiros que elegeram Dilma Rousseff. Ao seu lado, espumando ódio ao regime chavista, esteve o representante do Paraguai, país em que também se destituiu, num golpe relâmpago, o presidente Fernando Lugo. Até o momento, o Mercosul mantém-se calado diante do ataque ao Forte Paramacay. A decisão do Mercosul não teve consequência econômica imediata, mas aperta o cerco internacional do imperialismo, que trabalha pela derrubada do governo venezuelano.

É necessário, resumidamente, estabelecer alguns elos fundamentais da crise que sempre acompanhou o governo bolivariano. Hugo Chávez se projetou politicamente por uma tentativa de golpe contra o governo pró-imperialista de Carlos Andrés Pérez, em 1992. Esse governo foi responsável por um massacre dos manifestantes, em 1989, contra suas medidas antinacionais e antipopulares, conhecido pelo nome de Caracaço. É nessas condições que germinou o movimento nacionalista pequeno-burguês no seio das Forças Armadas, cujo dirigente era Hugo Chávez. O golpe fracassou, mas abriu caminho para vitória eleitoral do “Polo Patriótico”, em 1998. Estabeleceu-se, assim, um governo nacionalista. As forças burguesas e militares pró-imperialistas cerraram fileira para impossibilitar a governabilidade. Em 2002, sobreveio um golpe militar, Chávez foi encarcerado, seu lugar foi ocupado pelo burguês Pedro Carmona, que dirigia a federação da indústria (Fedecámara), cuja primeira medida foi fechar a Assembleia Nacional. Um levante popular e reação nas Forças Armadas contra o golpe reconduziram Chávez à presidência. De forma que sempre esteve presente a sombra da reação golpista ao governo chavista. Essas mesmas forças vieram a constituir a MUD. Agora, acusam as medidas de autodefesa do governo Maduro de ditatoriais. É próprio da política burguesa esse tipo de inversão de valores.

Os acontecimentos demonstram que, se Maduro não fecha a

Assembleia Nacional, é derrubado por ela. Dizemos por ela em termos institucionais, porque a verdadeira força está no poder econômico e na ação do imperialismo. Uma vez que o movimento pequeno-burguês alcançou o poder do Estado por meio do apoio eleitoral das massas e conseguiu fazer de fração das Forças Armadas seu esteio, a fração burguesa pró-imperialista procurou a todo custo liquidar o governo nacionalista. O radicalismo verbal de Hugo Chávez, com sua “revolução bolivariana” e o “Socialismo do Século XXI”, bem como sua aproximação com o castrismo restauracionista, se desvaneceu diante da crise econômica mundial, que derrubou o preço e o consumo do petróleo. O fato é que esse radicalismo em nenhum momento foi capaz de ocultar o velho nacionalismo burguês tipicamente latino-americano. A alta burguesia e os monopólios estrangeiros não podiam tolerar, muito menos colaborar, com o governo pequeno-burguês nacionalista, verborrágico, assentado em conluíus com as Forças Armadas. Ocorre que a sua política pró-imperialista foi experimentada na carne pelos venezuelanos no governo de Andrés Pérez. O chavismo não poderia se sustentar se não garantisse um amplo apoio popular. Para isso, subsidiou com os recursos do petróleo um massivo assistencialismo. Esgotada essa possibilidade, os efeitos da sabotagem levado a cabo pelos capitalistas se fizeram sentir entre as massas. Os oposicionistas vêm se potenciando sob o governo Maduro justamente porque o nacionalismo e suas pretensas reformas não têm mais aonde ir.

A convivência sob o manto da democracia burguesa entre nacionalismo e pró-imperialismo, embora sejam variantes históricas da política burguesa, se torna impossível no momento em que o capital financeiro necessita impor suas prementes condições aos países semicoloniais. Está aí por que a crise do chavismo é parte da crise do lulismo no Brasil, do kirchnerismo na Argentina, do masismo na Bolívia, etc. São distintas variantes do nacional-reformismo. O chavismo compareceu como mais radical porque se constituiu entranhado nas fontes de matéria-prima. Pôde vestir a máscara ideológica da “revolução bolivariana”, dada a fraqueza da burguesia nacional (baixa industrialização). As meias-medidas nacionalizantes não atingiram o coração dos monopólios, nem tocaram no capital financeiro, nem na grande propriedade agrária. Conseguiu mal e mal disciplinar os monopólios dos meios de comunicação, que servem de porta-vozes da reação. A Fedecámara patrocinou o golpe de 2002, sem que fosse dissolvida, continuou como instrumento da oposição pró-imperialista. De maneira que o regime chavista sempre esteve sobressaltado por crises. A forma democrática moldada pela Constituição de 1999, que pressupõe a possibilidade da oposição pleitear o referendo revogatório na metade do mandato, foi utilizada contra Hugo Chávez, que não teve problemas em aplicar essa medida constitucional, em 2004.

A conjuntura econômica e social mudou, impossibilitando Maduro de imitar seu antecessor. Em vez de referendo revogatório, convocou a Constituinte. Esse feito, no entanto, não aplacará a crise política. As primeiras informações foram de que a Assembleia Constituinte se instalaria no Palácio Federal Legis-

lativo, o que implicava praticamente inviabilizar o funcionamento da Assembleia Nacional. O imperialismo prepara um cerco econômico – esse sim muito perigoso para a economia venezuelana em decomposição – e a oposição se potencializará mais e mais no seio dos explorados, que carecem de uma direção revolucionária. A política burguesa comporta muitas combinações, mas tudo indica que a polarização chegou ao ponto em que não há mais espaço para pactos e intermediações do imperialismo. A deterioração das condições de vida dos explorados está intimamente ligada à sabotagem dos capitalistas e às pressões do imperialismo. No entanto, a responsabilidade recai sobre o governo de Maduro. Apesar das denúncias contra os sabotadores, as massas não vêm medidas revolucionárias para defender a economia nacional e a situação de existência

da maioria oprimida. O radicalismo verbal já não incendeia o coração dos explorados, que acreditaram nas pseudo medidas nacionalistas, no assistencialismo social e na ideologia da “revolução bolivariana”. Os milhares e milhares que correm diariamente atrás do pão não têm alternativa a não ser seguir a oposição contrarrevolucionária, que se prepara para ser os seus mais ferozes algozes.

Maduro e as Forças Armadas não vão ultrapassar o limitado nacionalismo concebido por Hugo Chávez. A experiência tem mostrado isso. A crise se agrava sob a direção econômica da burguesia e o governo é responsabilizado politicamente. É descarregada sobre a classe operária, camponeses e classe média urbana arruinada. Para enfrentar essa situação, é necessário atacar o poder econômico da burguesia e do imperialismo. Sem que se exproprie o grande capital, estatizem os bancos, nacionalizem as terras e imponha o controle do comércio exterior não há como derrotar a ofensiva da reação. Essa é a contradição que provoca agonia deste país latino-americano riquíssimo em recursos naturais e atrasado quanto às forças produtivas industriais. O nacionalismo mostrou-se limitado e impotente precisamente porque não teve como responder às condições de atraso do país. O que implica passar por cima da burguesia organicamente dependente do imperialismo. Contou com o apoio das massas, mas por ser um governo burguês não deixou de trabalhar pela manutenção do capitalismo.

A classe operária venezuelana e a vanguarda combatente estão diante da tarefa de superar a crise de direção, construindo o partido marxista-leninista-trotskyista. A emancipação perante o nacionalismo burguês e a toda influência estranha aos explorados somente será alcançada se se enfrentar esse objetivo histórico. É parte do programa da revolução proletária o acerto de contas com o nacionalismo. As condições do capitalismo atrasado venezuelano e sua estrutura de classe se assemelham aos demais países latino-americanos, ainda que guardem importantes particularidades. A estratégia de poder capaz de unir a maioria oprimida em torno do proletariado é a do governo operário e camponês. Há uma crise de poder a qual o regime chavista não terá como resolver. As forças pró-imperialistas continuarão a avançar. Se o proletariado não tomar a frente das lutas com seu programa e estratégia, a reação acabará por vencer. É preciso se organizar para derrotar esse

feroz inimigo. Trabalhar pela ruptura dos setores populares que se mobilizam sob a política do imperialismo. Mas não será apoiando e se submetendo ao nacionalismo burguês do chavismo que quebraremos a espinha dorsal do grande capital. Ainda que, em determinada situação, tenhamos de fazer frente com os nacionalistas quando se trata da ofensiva concreta do imperialismo e do movimento golpista, estamos obrigados a esclarecer o conteúdo burguês, portanto de classe, tanto do governo nacionalista como o da oposição, preservando a todo o momento a independência de classe do proletariado, deixando claro para os explorados que esse é o caminho da luta pelo governo operário e camponês. Em qualquer caso, se trata de pôr em pé a frente única anti-imperialista. Está colocado o rechaço

Venezuela:

Explorados e oprimidos encurralados entre um governo burguês reformista incapaz e uma direção direitista

O colapso do chavismo na Venezuela é o fracasso do chamado “socialismo do século XXI”, que brotou no cenário político continental como uma corrente distinta do socialismo científico marxista. Enquanto este defende a necessidade de transformar o caduco capitalismo em uma nova sociedade e em um novo estado (ditadura do proletariado), baseado na propriedade social dos meios de produção e pela via insurrecional, como uma etapa prévia ao comunismo, aquele sustenta a possibilidade da convivência democrática, complementar, solidária e recíproca entre todas as nações. Mantendo o capitalismo em nível mundial, procura a possibilidade de desenvolver o intercâmbio econômico solidário no marco da ALBA; promete-nos, junto com seus amigos do Equador e Bolívia, uma revolução pacífica, democrática e cultural.

Trata-se de uma corrente reacionária por que nega a luta de classes e a luta das nações oprimidas contra o imperialismo que, em última instância, as subordina à voracidade imperialista. Sob o mantode um discurso supostamente anti-imperialista, a Venezuela continua mantendo relações comerciais com o imperialismo norte-americano, pois, este continua sendo um dos seus grandes clientes no negócio do petróleo.

Todos os esforços que fizeram para liderar um grande bloco econômico e se potenciariante do imperialismo, emprestando dinheiro a juros baixos, enviando petróleo a preços subvencionados e fazendo doações de grandes quantidades de dinheiro a governos amigos, na época dos bons preços do petróleo no mercado mundial, fracassaram.

A disponibilidade de recursos milionários, oriundos do negócio do petróleo, permitiu ao chavismo desenvolver uma frenética política rentista para sustentar imensas camadas da população, arregimentadas como sua base social eleitoral. Os chavistas imaginaram que poderiam dispor desses recursos indefinidamente para comprar artigos de subsistência de todas as partes do planeta, descuidando da necessidade de diversificar sua economia e assentar as bases para conquistar o auto abastecimento de alimentos, medicamentos e roupas.

Quando caiu o preço do petróleo no mercado mundial, a economia venezuelana encontrou-se vulnerável e completamente dependente de outros países para satisfazer as necessidades básicas da população. Em meio à descomunal in-

ao cerco do Mercosul, dos Estados Unidos, da Espanha e do Vaticano à Venezuela. Deve ficar claro que a derrota das forças reacionárias depende do proletariado lutar e chegar ao poder.

Fora o imperialismo!

Pela autodeterminação da Venezuela!

Que os problemas do País sejam resolvidos pelo próprio povo venezuelano!

Por um frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária!

Vencer a reação, lutando sob a bandeira do governo operário e camponês!

7 de agosto de 2017

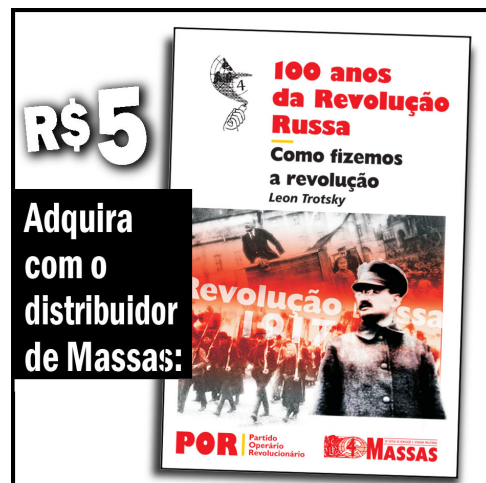
flação, os explorados e oprimidos foram condenados a uma miséria descomunal. Para conseguir alimentos, medicamentos e roupas, milhares de venezuelanos têm de atravessar diariamente as fronteiras com a Colômbia e Equador.

O ódio a um governo incapaz e corrupto, que se apoia em uma brutal repressão policial militar, empurra o movimento operário e das classes médias empobrecidos para os braços da oposição direitista e reacionária, que não lhes oferece um futuro melhor. Pelo contrário, como fazem todos os governos burgueses, jogará o peso da crise sobre suas costas, cancelando auxílios e subvenções de preços aos artigos de primeira necessidade. O que virá são maiores privações às massas, como já está acontecendo na Argentina e Brasil, onde seus governos reformistas fracassaram do mesmo modo.

A tragédia da Venezuela é que está ausente o proletariado como direção política de toda a nação castigada pela miséria. Está ausente o partido revolucionário que indique a forma dos trabalhadores exercerem sua política independente de classe, mostrando a todos os oprimidos o caminho para salvar o país da barbárie por meio da revolução social.

Afêlência das correntes oportunistas que se autodenominam de esquerda, ou até mesmo de trotskista, mas que se subordinam ao chavismo, abre o caminho para que o CERQUI, desde fora, atue com a finalidade de indicar ao proletariado venezuelano a necessidade de organizar seu próprio partido político.

Isto obriga os trotskistas que de fato lutam pela reconstrução da IV Internacional a superar suas atuais limitações organizativas e econômicas, partindo do fortalecimento de suas seções nacionais.



Direito da Coreia do Norte à autodeterminação

As tensões na península da Coreia se agravam. Segundo os Estados Unidos, a escalada é responsabilidade da Coreia do Norte, que estaria ameaçando a “paz e estabilidade” regional com suas ambições nucleares. Os governos do Japão e da Coreia do Sul falam da necessidade de um acordo diplomático. Porém, são arrastados pela retórica belicista e armamentista próprias do imperialismo.

Apesar das manobras diplomáticas, visando a arrefecer as tendências bélicas, essas finalmente se impõem com a força de uma lei histórica. O essencial dessa afirmação está em constatar que o governo do Japão rompeu de vez com a política “não intervencionista” e “defensista”, passando a adotar uma Constituição e uma política de rearmamento. E que o governo da Coreia do Sul, que ganhou as eleições prometendo frear o deslocamento de mísseis norte-americanos no país e que priorizaria a via do diálogo com a Coreia do Norte, depois aceitou o deslocamento de um maior número de bases móveis de mísseis dos EUA e assumiu as ameaças militares.

Na base dessas viradas se acham os interesses imperialistas de alavancar o expansionismo dos monopólios por cima das fronteiras nacionais. A submissão da Coreia do Norte seria um grande feito, tendo por objetivo impulsionar um cerco à China e Rússia. O objetivo dessas movimentações estratégicas é o de acessar os gigantescos recursos naturais e industriais dos países que começaram percorrer a transição socialista e cujas burocracias constituem um obstáculo aos interesses dos monopólios imperialistas.

São essas as tendências que mobilizam a diplomacia russa e chinesa a rejeitar as movimentações dos Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. E a questionar o deslocamento do sistemas de mísseis que se orientam contra suas fronteiras. O que impulsiona, por sua vez, o armamentismo desses países, retroalimentando as tendências bélicas.

Sob as aparências de uma “resposta proporcional” à “escalada” militarista da Coreia do Norte por parte da ONU, Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, está o objetivo de evitar que a capacidade nuclear seja conquistada por um país que constitui um entrave ao expansionismo monopolista na região. De forma que, quando o presidente Donald Trump ameaça a Coreia do Norte com “fogo e fúria, como o mundo nunca viu antes”, demonstra que o imperialismo não está disposto a que nenhum país exerça a soberania sobre seus territórios e regiões, valendo-se para isso da vantagem do acesso a armas de destruição em massa, criadas pelo capitalismo sob o controle das potências.

Há décadas, a Coreia do Norte vem desenvolvendo seu programa nuclear. Basta ver as mudanças ocorridas nas relações de força mundiais para se compreender as razões de tal feito. Enquanto contou com o apoio da ex-URSS e da China, podia contar que o imperialismo se absteria de intervir. Com o avanço da restauração capitalista nesses países, a sobrevivência da Coreia

do Norte passou a depender, cada vez mais, de suas próprias capacidades bélicas. Nesse sentido, o programa de armamento nuclear é um instrumento para a defesa da autodeterminação nacional constante ameaçada. É fundamental considerar a Guerra da Coreia um prolongamento da Segunda Guerra Mundial, para se entender mais acabadamente por que esse país que resultou da divisão imposta pelo imperialismo se viu obrigado a recorrer à energia nuclear.

O que impulsiona a escalada belicista do imperialismo não é a ameaça do “expansionismo” norte-coreano. A denúncia de que os Estados Unidos estão ameaçados, bem como os seus protegidos, não passa de propaganda bélica. Chega a ser ridícula tal justificativa. O que tem sentido é que a possibilidade da Coreia de alcançar as etapas do processo tecnológico e miniaturizar o dispositivo nuclear que lhe permite ampliar consideravelmente as capacidades de defesa perante as permanentes ameaças intervencionistas.

O fundamental está em compreender que na base dessas tendências bélicas se acha o choque das forças produtivas altamente desenvolvidas com as fronteiras dos Estados nacionais. E fundamentalmente dessas forças produtivas, que têm por base a produção social, com a grande propriedade dos meios de produção e apropriação privada do produto social.

O fundamental está em compreender que na base dessas tendências bélicas se acha o choque das forças produtivas altamente desenvolvidas com as fronteiras dos Estados nacionais. E fundamentalmente dessas forças produtivas, que têm por base a produção social, com a grande propriedade dos meios de produção e apropriação privada do produto social.

A revolução iniciada na península coreana se projetava à solução dessa contradição, expropriando aos capitalistas e desenvolvendo as formas da propriedade social, coletiva. A interrupção do processo de reunificação pelo intervencionismo imperialista afogou essas tendências, que retrocederam ainda mais sob o impulso da contrarrevolução estalinista.

Está aí por que, se bem que os marxistas não obscurecem o caráter da ditadura burocrático-dinástica norte-coreana, nunca se esquecem, também, de que na sua base está a propriedade social dos meios de produção que constitui uma grande conquista da classe operária mundial. E que sua defesa

exige, de um lado, que o proletariado norte-coreano acorde para a necessidade de superação da crise de direção, construindo um partido marxista-leninista-trotskista e expulse do poder a camarilha burocrática. Somente o proletariado norte-coreano, apoiado pelo proletariado mundial, a começar pelos vizinhos russo e chinês, tem como derrotar o imperialismo. O proletariado sul-coreano deve ser o mais interessado na expulsão dos Estados Unidos. O real perigo de guerra reside na interferência das potências – essas, sim, completamente nuclearizadas.

O proletariado mundial está diante do dever revolucionário de defender o direito à autodeterminação dos povos oprimidos, como é o caso da Coreia do Norte. Os perigos da guerra, sem dúvida, crescem. A resposta contrária depende dos explorados se levantarem contra suas burguesias e combaterem sob o programa da revolução proletária.

Publicamos um comentário de Guilherme Lora, construtor do POR boliviano, sobre as Teses de Abril, de Lênin. O artigo é um documento que atesta a atenção dada pelo trotskismo boliviano a Lênin, como principal estrategista da Revolução Russa. Trata-se de um comentário escrito em maio de 1947, portanto, a 30 anos das Teses de Abril, que foram publicadas em 7 de abril de 1917, com o nome de “As Tarefas do Proletariado na Atual Revolução”. Como vemos, o artigo

de Lora foi escrito há 70 anos. Expressa a necessidade de incorporar o leninismo como base da construção programática e da estruturação do partido revolucionário. O fato de as Teses de Abril terem sido decisivas para modificar a linha dos bolcheviques, corrigir os desvios e estabelecer o caminho seguro para a tomada do poder pelo proletariado fez com que estabelecessem um marco histórico, que determina o papel fundamental do partido como instrumento da revolução.

Devido a esse valor, muito se tem escrito sobre as Teses de Abril. É preciso, porém, separar as ideias que reconhecem esse escrito de Lênin como um documento programático necessário para a construção do partido – como é o caso do artigo de Guilherme Lora – daquelas que se perdem no cipó acadêmico.

Essa tradução vem se juntar a outras de Guilherme Lora que publicamos anteriormente como parte da campanha dos 100 anos da Revolução Russa.

Significado das Teses de Abril

Em 14 de abril, Lênin recém chegava a Petrogrado e perguntava na Conferência bolchevique: “por que não se tomou o poder?”

Não esqueçamos que os “velhos bolcheviques – Stálin, Molotov e outros – tinham se transformado na quinta roda do carro de Kerenski. Alguém para justificar o motivo da abstenção se refere ao caráter burguês da revolução. “Isto é absurdo” – replica Lênin. O único motivo é que o proletariado não está ainda suficientemente consciente, nem suficientemente organizado, é preciso reconhecer. A força material está nas mãos do proletariado, mas a burguesia é mais consciente e está melhor preparada. É um fato monstruoso, mas é preciso reconhecer franca e abertamente e dizer ao povo que se não tomou o poder foi devido à sua desorganização e à ausência de uma clara consciência”.

Contra toda corrente filisteia, Lênin afirma que o trabalho no primeiro momento era o de preparar a ditadura do proletariado. Diante de tão insólita atitude do mestre, os delegados da Conferência argumentaram que Lênin tinha ficado muito tempo no exterior e que não tinha tido a oportunidade de se inteirar completamente da realidade.

Testemunhas afirmam que as Teses de Abril caíram como uma bomba. Não podia ser de outro modo. A velha direção tinha subs-

tituído o programa revolucionário por um programa meramente democrático. Mais de dez anos antes, Lênin havia elaborado sua famosa fórmula algébrica sobre a revolução russa: “ditadura democrática de operários e camponeses”. Desde então, acreditava-se na possibilidade de independência de classe dos camponeses e que poderiam constituir um partido próprio. Essa velha fórmula deixava pendente um problema: quem seria o dirigente da revolução?

Em 4 de abril, é dada uma resposta categórica à fórmula algébrica leninista, que corresponde à tomada do poder pelo proletariado. O dirigente será o proletariado, sendo que os camponeses e camadas inferiores da pequena burguesia o seguirão. As Teses de Abril foram qualificadas de trotskistas. A acusação tinha fundamento. Antes de 1905, Leon Trotsky, havia assinalado a ditadura proletária como única possibilidade revolucionária para a Rússia e para qualquer outro país atrasado. Em 4 de abril de 1917, Lênin e Trotsky, sem nenhuma comunicação prévia, chegaram ao mesmo ponto de vista quanto ao futuro da revolução russa. Desde essa data, a bandeira comum aos dois dirigentes da revolução, será “todo poder aos soviets”.

(Obras Completas, Guilherme Lora, tomo I – 1942-1947, 1º de maio de 1947)

Assimilando o Leninismo

No *Jornal Massas*, nº 547, publicamos o artigo de Lênin “Os Ensinamentos da Crise”. Agora, entregamos à classe operária e à sua vanguarda o artigo “Deslocamento de Classes”, editado no *Jornal do Partido Bolchevique*, *Pravda*, em 10 de julho de 1917. Observamos o esforço de Lênin para mostrar sinteticamente as leis da revolução. O momento era extremamente delicado. Tratava-se de fortalecer as fileiras do proletariado e do campesinato em direção à revolução social.

Era preciso vencer os obstáculos criados não apenas pelos partidos burgueses, mas principalmente pela esquerda pequeno-burguesa. A trava que poderia pôr a perder a situação revolucionária se encontrava na política de conciliação de classes. Lênin chama atenção para a mudança de forma dessa política que submetia os explorados à burguesia, que acabava de substituir a monarquia pela república democrática. Tem especial importância a demonstração de Lênin de que, na situação

revolucionária, a política de reformas comparece como um desvio, que pode levar o proletariado e os demais oprimidos à derrota. Os bolcheviques estavam obrigados a explicar e convencer as massas de que o poder estava ao seu alcance. E que os bolcheviques, distintamente dos socialistas revolucionários e mencheviques, trabalhavam para que o movimento revolucionário vencesse o muro da conciliação de classes. O breve artigo “Deslocamento de Classes” reflete esse momento.

Deslocamento de classes

Toda revolução, se é uma verdadeira revolução, corresponde a um deslocamento de classes. Por isso, a melhor maneira para esclarecer o povo – e para combater aqueles que enganam o povo em nome da revolução – é examinar o deslocamento de classes que se produziu ou se produz na atual

revolução.

De 1904 a 1916, os últimos anos do czarismo, se tornou particularmente clara a correlação de classes na Rússia. Um punhado de latifundiários semifeudais, encabeçado por Nicolau II, estava no poder e mantinha a mais estreita aliança

Lênin, 10 de julho

com os magnatas das finanças, que obtinham lucros extraordinários na Europa e que para isso estabeleceram os tratados de saque da política exterior.

A burguesia liberal, dirigida pelos cadetes, estava na oposição. Temia o povo mais do que a reação e procurava se aproximar do poder mediante o entendimento com a monarquia.

O povo, isto é, os operários e camponeses, cujas lideranças foram obrigadas a passar para a clandestinidade, era revolucionário e constituía a “democracia revolucionária”, proletária e pequeno-burguesa.

A revolução de 27 de fevereiro de 1917 varreu a monarquia e deu o poder à burguesia liberal, a qual, atuando diretamente de acordo com os imperialistas anglo-franceses, pretendia uma pequena revolução palaciana. Em nenhum caso estava disposta a ir além de uma monarquia constitucional, com um sistema eleitoral limitado. No entanto, quando a revolução, de fato, foi mais além, suprimindo completamente a monarquia e criando os soviets (de deputados operários, soldados e camponeses), a burguesia liberal, de conjunto, se tornou contrarrevolucionária.

Hoje, a quatro meses da revolução, o caráter contrarrevolucionário dos cadetes, o principal partido da burguesia liberal, é tão claro como o dia. Está à vista de todos. Todos têm de reconhecer. Mas, nem todos estão dispostos a olhar de frente esta verdade e pensar o que significa.

A Rússia é hoje uma república democrática governada por um livre acordo entre os partidos políticos, que realizam livremente sua agitação entre o povo. Nos quatro meses que se passaram, desde o 27 de fevereiro, consolidaram-se e assumiram forma definitiva todos os partidos de alguma importância, manifestaram-se nas eleições (nos soviets e nas instituições locais) e puseram de relevo sua relação com as diferentes classes.

Na Rússia, hoje, está no poder a burguesia contrarrevolucionária, enquanto que a democracia pequeno-burguesa, ou seja, os partidos dos socialistas revolucionários e dos mencheviques se tornaram “oposição de Sua Majestade”. A essência da política desses partidos reside na conciliação com



A guerra imperialista acelerou extraordinariamente os acontecimentos. Sem a guerra, os socialistas revolucionários e os mencheviques poderiam passar dezenas de anos suspirando por postos nos ministérios. Mas a própria guerra continua acelerando os acontecimentos, pois coloca os problemas não de modo reformista, mas de modo revolucionário.

a burguesia contrarrevolucionária. Os democratas pequeno-burgueses estão escalando o poder, começando a ocupar as instituições locais (como os liberais sob o czarismo começaram por conquistar posições nos zemstvos). Esses democratas pequeno-burgueses aspiram partilhar do poder com a burguesia e não derrubá-la, do mesmo modo que os cadetes queriam compartilhar o poder com a monarquia e não derrubá-la. Os democratas pequeno-burgueses (os socialistas revolucionários e os mencheviques) conciliam com os cadetes pela profunda afinidade de classe da pequena e da grande burguesia, assim como a afinidade de classe entre o capitalista e o latifundiário do século XX os levou a abraçar-se um ao outro aos pés de seu monarca “bem-amado”.

Combinou-se a forma da conciliação: sob a monarquia era burda; o czar só deixava o cadete entrar pela traseira da Duma de Estado. Em uma república democrática, a conciliação se torna tão refinada como na Europa: aos pequenos burgueses é permitido, como minoria inofensiva, ocupar postos inofensivos (ao capital) no ministério.

Os cadetes ocuparam o lugar da monarquia. Os Tsereteli e os Chernov ocuparam o lugar dos cadetes. A democracia proletária passou a ocupar um lugar de uma democracia verdadeiramente revolucionária.

A guerra imperialista acelerou extraordinariamente os acontecimentos. Sem a guerra, os socialistas revolucionários e os mencheviques poderiam passar dezenas de anos suspirando por postos nos ministérios. Mas a própria guerra continua acelerando os acontecimentos, pois coloca os problemas não de modo reformista, mas de modo revolucionário.

Os partidos dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, de acordo com a burguesia, poderiam dar à Rússia muitas reformas. Mas a situação objetiva na política mundial é revolucionária e não se pode confrontá-la com reformas.

A guerra imperialista oprime os povos e ameaça destruí-los. Os democratas pequeno-burgueses, caso sejam capazes, podem adiar por algum tempo a catástrofe. Mas só o proletariado revolucionário pode impedir um fim trágico.

(Pravda, 10 de julho de 1917, Obras Completas, tomo XXVI)

